



Universidade Federal do Pará - UFPA
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Sustentável do Tropicó Úmido - PDTU
Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável – PLADES

LUCIANE CRISTINA COSTA SOARES

**OS EFEITOS DA DEMANDA CRESCENTE DE PRODUTOS
EXTRATIVOS PARA OS PEQUENOS PRODUTORES DE AÇAÍ
(*Euterpe oleracea* Mart.) NA MICRORREGIÃO DE CAMETÁ - PARÁ**

BELÉM
2008

LUCIANE CRISTINA COSTA SOARES

**OS EFEITOS DA DEMANDA CRESCENTE DE PRODUTOS
EXTRATIVOS PARA OS PEQUENOS PRODUTORES DE AÇAÍ
(*Euterpe oleracea* Mart.) NA MICRORREGIÃO DE CAMETÁ - PARÁ**

Dissertação apresentado ao Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA, como requisito para obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Orientador: Prof^o Dr. Francisco de Assis Costa.

Co-orientação: Lisa Hoch

BELÉM
2008

LUCIANE CRISTINA COSTA SOARES

**OS EFEITOS DA DEMANDA CRESCENTE DE PRODUTOS
EXTRATIVOS PARA OS PEQUENOS PRODUTORES DE AÇAÍ
(*Euterpe oleracea* Mart.) NA MICRORREGIÃO DE CAMETÁ - PARÁ**

Trabalho de Dissertação apresentado ao Curso Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA, como requisito para obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Defesa: Belém (PA), 17 de dezembro de 2008

Banca Examinadora

Prof. Dr. Francisco de Assis Costa
Orientador, NAEA/UFPA

Profa. Dra. Ana Paula Bastos
Examinadora Interna, NAEA/UFPA

Prof. Dr. Heribert Schmitz
Examinador Externo, PPGCS/IFCH/UFPA

Aos meus pais e irmãos Lúcia e Sebastião, Fábio e William.

A minha filha Verenna Cristina Costa da Silva

AGRADECIMENTOS

Ao querido mestre Francisco Costa, orientador desta dissertação, minha admiração, pela sabedoria e ensinamentos e principalmente pelo apoio e parceria.

Aos dirigentes, agricultores e alunos da turma do Programa de Formação em Manejo, que são os verdadeiros responsáveis pelo importante trabalho que tem sido feito junto aos camponeses da região Tocantina.

Aos amigos Monaldo, Ana Paula e Gardel Relvas e Carlos André pela presença constante em minha vida, principalmente nos momentos difíceis. E a todos meus amigos que direta e indiretamente me acompanharam nesta trajetória.

Aos amigos Lene, Lair, Marquinho, Pedrinho, Ruth, pela sempre grande contribuição na construção deste trabalho.

A co-orientadora desta dissertação Lisa Hoch pela paciência e sabedoria de participar e respeitar o tempo de construção.

Ao projeto FORLIVE que acreditou e financiou todo o trabalho de campo da pesquisa.

“Livre é o estado daquele que tem liberdade, liberdade é uma palavra que o sonho humano alimenta, que não há ninguém que explique e ninguém que não entenda”.

(Documentário experimental – Ilha das Flores. Diretor: Jorge Furtado. 1989).

RESUMO

O município de Cametá, lócus do estudo, encontra-se na Amazônia oriental, na microrregião de Cametá – estado do Pará, a região é hoje conhecida mundialmente pela sua grande produção de açaí, fruta típica da região. Verificou-se que há um crescimento significativo da comercialização do açaí na região, fato este que tem gerado modificações importantes nos fundamentos dos sistemas produtivos e na vida dos camponeses agroextrativistas da região. O presente estudo buscou compreender como estas modificações podem representar melhoria na qualidade de vida e sustentabilidade das posições alcançadas por estes produtores. Foram realizadas análises comparativas de dois períodos, um conjunto de dados do ano de 1999 e entrevistas em 2008, observando diferentes aspectos econômicos, sociais e ambientais de 30 famílias do município de. Pode-se afirmar que houve uma simplificação dos sistemas produtivos, intensificação na produção de alguns tipos produtivos aliado a um processo de crescimento no incremento da renda dos trabalhadores, advinda das crescentes demandas, este incremento não está isolado e se liga ao crescimento das atividades não agrícolas e a um crescimento significativo das transferências governamentais.

Palavras-Chave: Açaí, Campesinato, Agroextrativismo, mudanças econômicas, ambientais e sociais

ABSTRACT

The microregion-Cametá in the State of Para, is located in the eastern Amazon, is now known worldwide for its high production of açaí, a typical fruit of the region. There is a significant growth in commercialisation of the açaí in the region, a fact that has caused changes in the basic structure of the production systems and in the lives of agroextravist peasants in the region. The objective was to understand how these changes may represent improvements in quality of life and sustainability of positions achieved by these producers. We performed a comparative analysis of two periods, using data sets of 30 families from 1999 and 2008, assessing various indicators in order to characterise the economic, social and environmental changes affecting the families in the township. We observed a simplification of production systems, intensifying the production of some products combined with an increase of worker's income due to the increasing demands for the fruits. However, this income increase can not be attributed exclusively to the direct commercialisation of the Acai fruit but depends also on the increase in non-agricultural activities and on a significant growth of governmental transfers.

Keywords: Açaí, Peasantry, Agroextrativismo, Economic, Environmental and Social Changes.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Auge e Decadência na Comercialização de Produtos Extrativos na Amazônia Brasileira e Boliviana	35
Esquema 1 – Interseção entre os Bancos de Dados	40
Gráfico 1 - Volume das vendas do consórcio fruticultor no período de 2000 a 2004 em toneladas	16
Gráfico 2 – Fontes de água para consumo e utilização na propriedade	50
Gráfico 3 – Acúmulo de Bens de Consumo Duráveis	51
Gráfico 4 – Preferências na Aquisição de Bens	51
Gráfico 5 – Acúmulo de Bens de Capital	53
Gráfico 6 – Itens de Bens de Capital Acumulado	53
Gráfico 7 – Grau de Associação e Participação – Indicação de Capital Social	54
Gráfico 8 – Nível de Participação em Organizações Sociais no Grupo B	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características dos Sistemas de Produção dos Grupos	41
Tabela 2 - Características dos grupos	42
Tabela 3 – Diferenças comparativamente ao Grupo A e variações na estrutura de produção do Grupo B entre 1999 e 2008 (R\$ a preços constantes de e 2007, corrigidos pelo IGP da FGV)	46
Tabela 4 – Estrutura de rendimentos não agrícola e de transferências governamentais (corrigidos para preços constantes de 2007 pelo IGP-FGV)	47
Tabela 5 – Variação dos rendimentos do Grupo B entre os anos de 1999 e 2008 por tipo.	48
Tabela 6 – Estrutura da Produção dos Diferentes Grupos Pesquisados em 1999 e 2008	60

LISTA DE SIGLAS

ACARFAR – Associação de Casas Familiar Rural

ADEPARÁ – Agência de Defesa Agropecuária do Pará

APACC – Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carente

CART – Cooperativa de Resistência de Cametá

CEE – Comunidade Econômica Européia

CIPCAR - Centro de Investigación y Promoción del Campesino

CPATU – Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNO – Fundo Constitucional do Norte

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPHAE - Instituto para el Hombre Agricultura y Ecología

MAB – Movimento de Atingidos por Barragem

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimentos

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MPEG – Museu Emílio Goeldi

OCM – Organização Comum de Mercado

PAC – Política Agrícola Comum

PEVS – Pesquisa da Extração Vegetal e da Silvicultura

PRONAF – Programa Nacional para Agricultura Familiar

PT – Partido do Trabalhadores

RMB – Região Metropolitana de Belém

SAGRI – Secretaria de Estado de Agricultura

SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária

UFPA – Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. CAMPONESES, MERCADO E AGROEXTRATIVISMO:	
UM DEBATE TÓRICO ORIENTADOR	20
2.1 PARADIGMAS DO DESENVOLVIMENTO RURAL	20
2.1.1 Da Dualidade Urbano <i>versus</i> Rural	21
2.1.2 Da Unidade Construída pela Multifuncionalidade e Nova Ruralidade	24
2.2 A AGRICULTURA FAMILIAR <i>versus</i> CAMPESINATO.	29
2.3 INTERAÇÕES ENTRE ESTADO, MERCADO E CAMPESINATO	32
2.4 PRODUTOS EXTRATIVOS <i>versus</i> APROPRIACIONISMO	34
3. O LUGAR E O OBJETO DA PESQUISA	41
3.1 A MICRORREGIÃO DE CAMETÁ	41
3.2 O MÉTODO	43
3.3 CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA EM 1999	45
4. CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO E MUDANÇA NA EFICIÊNCIA REPRODUTIVA DOS CAMPONESES	48
4.1 A QUALIDADE DE VIDA	49
4.1.1 Nível de Renda familiar	49
4.1.2 Qualidade da Moradia	53
4.1.3 Aquisição de Bens de Consumo Duráveis e de Investimento	55
4.2 IMPLICAÇÕES PARA A CAPACIDADE DE PERMANÊNCIA	56
4.2.1 Estoque de Capital Físico Acumulado	57
4.2.2 Infra-Estrutura para a Comercialização	58
4.2.3 Estoque de Capital Social Acumulado	59
4.2.4 Aquisição de Conhecimento e Cultura	61
4.2.5 O Estado do Capital Natural Disponível	63
4.3 PROPENSÃO À MUDANÇA E RISCOS ENVOLVIDOS: UMA DIGRESSÃO SOBRE OS RESULTADOS	69
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	76
ANEXOS	79

1. INTRODUÇÃO

O açaí tem sido consumido pelos indígenas e pelas populações ribeirinhas na Amazônia desde sempre. As condições edafoclimáticas das áreas de várzea e a destreza do caboclo ribeirinho renderam décadas de aperfeiçoamento das técnicas de extração e despulpamento do fruto, além da absorção destas práticas nos costumes alimentares e culturais, na música, na poesia. Na microrregião de Cametá, em especial, as relações socioculturais e econômicas dos municípios, se constituíram e se constituem ainda hoje (na tênue relação campo-cidade), no abastecimento das sedes municipais e principalmente da capital Belém. O fruto *in natura* ao longo de décadas teve um mercado consumidor local cativo e uma produção regular, marcando equilíbrio notável entre a produção e o consumo.

Esta harmonia relativa pode estar se modificando. Segundo Costa (2003) a economia do açaí tem passado por mudanças consideráveis principalmente por dois motivos associados: o primeiro diz respeito ao extravasamento do consumo da economia local¹, para mercados extralocais nacionais e internacionais e, o segundo por tratar-se de economia que tende a deixar de ser estritamente extrativa para atrelar-se a estruturas produtivas agrícolas.

A popularização do açaí nas outras regiões resultou da “descoberta”, inicialmente na panacéia das academias, de suas características “energéticas”, suas propriedades físico-químicas e seu valor nutricional. Parecem se combinar a força da marca “Amazônia” associada ao fetiche da chamada geração “saúde” no impulso de investimentos em novas bases mercadológicas nacionais e internacionais para o fruto.

Concomitante a este fato, proliferam na região Norte em especial no Estado do Pará inúmeras indústrias cujos produtos utilizam insumos regionais, onde o carro-chefe é o açaí

¹ O açaí é encontrado nos Estados do Amazonas, Maranhão, Amapá, Mato Grosso e Tocantins, o estado do Pará é seu maior produtor nacional, respondendo, por mais de 90% do que é consumido no país. Belém, a capital paraense, é o local que mais consome açaí no Brasil, com cerca de 3 mil pontos-de-venda. Diariamente são disponibilizados 440 mil litros de açaí processados com frutos provenientes em sua maioria da região de ilhas. Segundo dados da prefeitura de Belém, a Feira do Açaí, o principal centro de comercialização do produto, localizada no complexo ver-o-Peso (O Ver-o-Peso é o lugar mais tradicional de comercialização do açaí e mais conhecido ponto turístico de do município de Belém), responde por mais de 70% do produto comercializado na cidade, em 2005 cerca de 31,1 mil toneladas do fruto foram comercializadas na pedra do ver-o-peso (Portal SESCSP nº 377 set/out 2006).

(COSTA *et al.*, 2004; 2006). Observa-se uma canalização de investimentos para a região² com vistas ao desenvolvimento de novas tecnologias, com destaque para os esforços da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA³ e sua principal unidade na região, o Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido – CPATU, além da Secretaria de Estado de Agricultura - SAGRI, a Agência de Defesa Agropecuária do Pará - ADEPARÁ, Museu Emílio Goeld - MPEG, Universidade Federal do Pará - UFPA, entre outras.

Um indicador importante destas dinâmicas são os registros do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimentos – MAPA e Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA, onde há hoje registrado 79 estabelecimentos no Estado do Pará que utilizam o açaí como base para seus produtos (anexo H). Os principais produtos registrados são: bebida de açaí, bebida mista de açaí e guaraná, bebida mista de açaí, banana e soja, polpa de açaí desidratada, bebida composta de açaí, mel e guaraná, bebida mista de açaí, banana e guaraná, concentrado líquido para refresco misto de guaraná com açaí, açaí fino ou popular, açaí médio ou regular e açaí grosso ou especial e suco tropical de açaí.

Na Região Metropolitana de Belém – RMB concentra-se 46,83% dos estabelecimentos (Belém - 23, Ananindeua – 08, Benevides – 03, Marituba – 02 e Santa Bárbara do Pará – 01), o município de Castanhal têm 13,92% com 11 estabelecimentos e Igarapé-Miri têm 5% com 04 estabelecimentos. Os outros estabelecimentos estão assim distribuídos nos municípios:, Abaetetuba, Inhangapí, Marabá com 03 estabelecimentos em cada município , Marituba e

² Segundo Costa e Inhetvin (2005, p. 106) há uma passagem dos fundamentos da produção de açaí, de predominantemente extrativa para predominantemente cultivada ou intensamente manejada.

³ Em 2004 e 2005 a EMBRAPA anuncia uma série de inovações tecnológicas a partir da fruta do açaí. A edição trimestral do *Jornal Trópico Úmido* da Embrapa apresenta duas novas tecnologias, a primeira é o desenvolvimento de um composto odontológico à base de corante de açaí capaz de evidenciar placas bacterianas, a inovação foi apresentada no “Ciência para a Vida 2004” realizado na sede da Embrapa em Brasília, o objetivo é baratear o produto utilizando matéria prima regional. Lança também em novembro do mesmo ano a primeira cultivar de açaí de terra firme, que segundo os pesquisadores as sementes apresentam alta produtividade, precocidade para o início da produção e tem de 15 a 25% a mais de rendimento de polpa, tecnologia esta financiada pela JICA – Agência de Cooperação Técnica do Japão e FUNTEC – Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia do Governo do Pará (*Jornal Trópico Úmido* Ano XVI nº 45, Abril, Maio, Junho de 2004 – EMBRAPA). Em junho de 2005 a Embrapa realizou na Federação da Agricultura do Estado do Pará o I Workshop Regional do Açaizeiro: pesquisa e comercialização, e apresentou aos participantes novas medidas para melhoria das práticas higiênico-sanitárias para manipulação e comercialização do fruto. A Secretaria Executiva de Saúde Pública (SESPA), através do Departamento de Vigilância Sanitária (DVS) juntamente com a EMBRAPA propõe a adoção nos estabelecimentos de processamento e comercialização de açaí, de máquina para pasteurizar a polpa vendida, apresenta também novas tecnologias como a produção de café a partir da mistura com utilização da semente de açaí na composição e preparação de café. Pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), em Ribeirão Preto, desenvolvem experimentos com o produto em exames de ressonância magnética do aparelho digestivo. A pesquisa é realizada pelos físicos Dráulio Barros de Araújo e Tiago Arruda Sanchez, do Departamento de Física e Matemática. Segundo eles a presença de ferro e outros metais no açaí altera o campo magnético nos exames, mudando o "brilho" dos órgãos digestivos e garantindo melhor qualidade do contraste, com imagens mais conclusivas (Portal SESCSP nº 377 set/out 2006).

Muaná com 02 e 01 estabelecimento registrado em cada município em Afuá, Anapú, Brasil Novo, Breu Branco, Colares, Mocajuba, Nova Ipixuna, Parauapebas, Redenção, Santarém, São Francisco do Pará, São Sebastião da Boas Vista, Tomé-açu, Vigia e Viseu.

Dentre todos os estabelecimentos registrados 05 deles declararam que o produto registrado é somente para exportação⁴: a Polyfrutti da Amazônia em Castanhal, a Fruta Fruta em Tomé-açu, a Amazon Planetem Castanhal, a Rmo Rainforest Fruits em Belém e Sublime Food/Santa Helena em Castanhal.

Destaca-se que entre o período de 1995 a 2008 foram feitos um total de 525 solicitações de registro de produtos que utilizavam como base o açaí. Quase metade, 49,52% destas solicitações aconteceram nos últimos 3 anos, 35% entre 2001 e 2005 e 16% entre 1995 a 2000. A movimentação converge com os registros da pesquisa realizada pela FASE em 2005 na microrregião, onde se pode constatar o grande crescimento da comercialização do açaí.

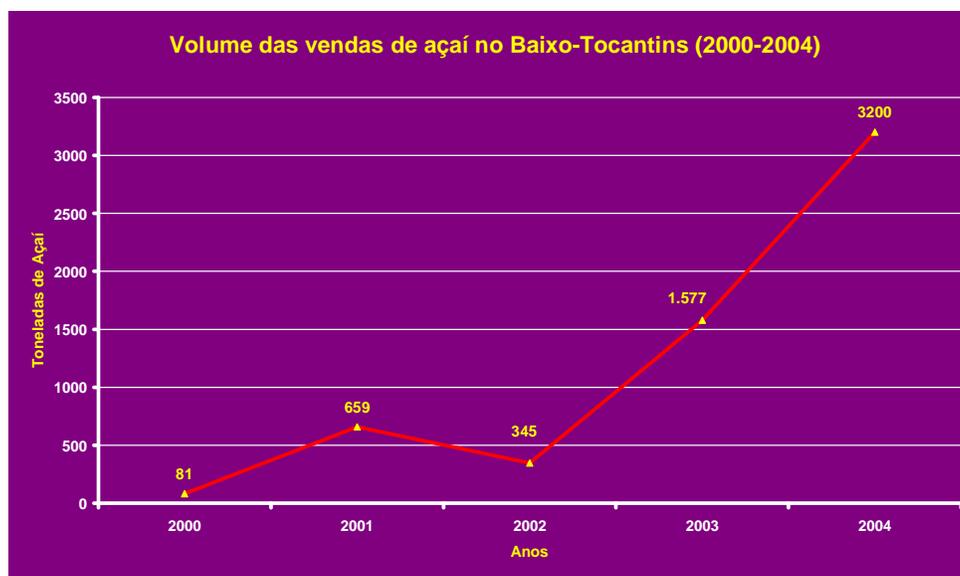


Gráfico 1 - Volume das vendas do consórcio fruticultor no período de 2000 a 2004 em toneladas.

Fonte: Fase/Amazônia trabalho de campo Aluizio Solyno Sobrinho, 2005.

⁴ No bojo desse processo, há multinacionais com investimentos orientados para utilização do fruto do açaí. A Sambazon Company of Brasil, de origem americana, custeou durante os anos de 2004 e 2005 a certificação orgânica do açaí para cooperativas e associações na microrregião de Cametá, atualmente migrou para os estados do Amapá e do Amazonas. A Anheuser-Bush, segunda maior fabricante de bebidas do mundo, lançou recentemente um energético a base de açaí chamado de “180 Blue”. A Bolthouse Farms, empresa americana que fabrica sucos de fruta, pretende assegurar uma produção diária de 60 toneladas de polpa de açaí. A americana Procter & Gamble que fabrica cosmético, lançou uma linha completa de xampu, sabonete e cremes a base de açaí (Revista Veja, 2007)

No ano de 2004 foram negociados mais de 3.200 toneladas de açaí, comercializados conjuntamente por 4 municípios da microrregião: Abaetetuba, Igarapé-Miri, Barcarena e Cametá, um crescimento oito vezes maior, se comparado com o período de 2000 a 2002, conforme demonstrado no (gráfico 1)⁵.

Posto este cenário, o presente estudo se propõe a compreender como se revela o impacto dessas mudanças, na estruturação familiar e organizativa da produção de açaí na microrregião cametaense, onde se tem no extrativismo do fruto do açaí o principal meio de vida de vastos espectros da população camponesa. Ao final espera-se que as informações e conclusões do estudo possam subsidiar as organizações da sociedade local e as diversas instituições públicas na tomada de decisão no que se refere a cadeia produtiva do açaí: seus atores e fundamentos.

A pesquisa se orientou pela hipótese de que os efeitos negativos das crescentes demandas de açaí são maiores que os efeitos positivos para a maioria dos pequenos produtores, na medida em que pressionam estes em direção a uma monocultura nos sistemas produtivos, o que pode colocar em risco o próprio futuro das famílias. Ou seja, mediante vantagens imediatas pode-se estar desprezando riscos de médio e longo prazo bastante reais. Na busca de compreender este cenário, analisou-se aspectos da qualidade de vida dos produtores e a capacidade de permanência das famílias nas posições alcançadas, ou seja, sua sustentabilidade econômica, ambiental e cultural, considerando os dois momentos na trajetória das trinta famílias entrevistadas – o ano de 1999 e o ano de 2008.

O estudo está estruturado da seguinte forma, na primeira parte, procura-se delimitar os principais conceitos que envolvem o campesinato, o mercado e o agroextrativismo, na segunda parte delimita-se o lugar, o objeto da pesquisa e a metodologia utilizada, bem como as características da Amostra entrevistada. Na terceira parte dialoga-se com todas as questões relativas ao crescimento da produção e a mudança na eficiência reprodutiva dos camponeses, como qualidade de vida, implicações para a capacidade de permanência e propensão à mudança e riscos envolvidos. Ao final testa-se a hipótese inicial e apresentam-se as principais conclusões.

⁵ Deve-se considerar que os registros de comercialização do açaí realizados pela FASE – Amazônia ilustrados no Gráfico 1, registram o início do processo de comercialização realizado com a multinacional SAMBAZON junto aos produtores da região.

2. CAMPONESES, MERCADO E AGROEXTRATIVISMO: UM DEBATE TÓRICO ORIENTADOR

O objetivo desta sessão é delimitar as principais categorias que permeiam a dissertação, quais sejam: campesinato, mercado e agroextrativismo. Procurou-se destacar as contribuições de alguns autores que bem demarcam as categorias mencionadas, em especial buscou-se referências de como as diferentes categorias se comportam e como estas interagem na dinâmica da microrregião de Cametá.

No intuito de traçar uma linha norteadora do contexto local e como ele se relaciona com as diversas concepções de desenvolvimento que ao longo dos últimos anos foram concebidas para o rural, procuramos revisar algumas importantes teorias sobre a problemática social do modelo de desenvolvimento rural brasileiro, que ao final definiram e conceberam as diversas políticas públicas que hoje são direcionadas para o desenvolvimento do rural.

Neste sentido uma pergunta torna-se fundamental: em que medida as diferentes concepções de desenvolvimento constrangeram os atores locais em seu comportamento e na tomada de decisão?

2.1 PARADIGMAS DO DESENVOLVIMENTO RURAL

As diferentes concepções de desenvolvimento do rural no Brasil sofreram em grande medida influência do debate internacional sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Segundo Grammont (1994) com a globalização, as transformações no campo latino-americano foram tão profundas que para além das mudanças, houve uma transição de uma sociedade agrária organizada em torno de atividades primárias para uma sociedade rural intensamente diversificada.

La relación campo-cuidad es ahora mucho más compleja que la vieja relación dicotómica, caracterizada por el intercambio desigual y la migración de los pobres del campo hacia las ciudades para conformar el ejército industrial de reserva. La conceptualización de lo rural, como espacio ocupado por grupos sociales relacionados con la producción agropecuária, en contraste con lo urbano como espacio ocupado por grupos sociales relacionados con la industria y los servicios, ya no tiene valor explicativo en el marco de la globalización del capital (GARCÍA BARTOLOMÉ *apud* GRAMMONT, 2008).

Uma importante conclusão do autor é que hoje já não se pode mais pensar o campo como um setor somente em função das suas atividades agropecuárias e florestais, torna-se eminente a necessidade de se pensar o campo também a partir das outras atividades desenvolvidas pela sua população, tanto a nível local, como regional, nacional e internacional.

2.1.1 Da Dualidade Urbano *versus* Rural

A construção da noção dicotômica de urbano e rural tem origem nas diferentes concepções de desenvolvimento que historicamente permearam a formação dos territórios e foram sendo adotadas ao longo do tempo, Lipietz, (19??) reconstrói a noção de formação destes territórios a partir de estudos sobre o crescimento e desenvolvimento de regiões industriais. Em seus estudos os territórios são formados a partir de varias influências, e passam por vários processos, destaca-se as teorias sobre a hierarquização urbana no pré-segunda guerra, as teorias de “etapas do desenvolvimento” e teoria da dependência no pós guerra e posteriormente as teorias “endogenistas”. Todas estas teorias nasceram a partir da influência das relações econômico-espaciais das empresas que acabaram por influenciar a delimitação do que era considerado urbano e rural.

Para Lipietz (19??), os primeiros teóricos da economia-espacial chamados de estruturalistas, denominados de escola de Iena, Losh (*apud* LIPIETZ. 1940) apontavam que a organização das aglomerações das cidades em suas estruturas urbanas hierarquizadas deveu-se em parte pelas relações de mercado, e em parte, pela estimulação de decisões administrativas do Estado que foram intencionalmente criadas para suprir as necessidades das empresas que se

organizavam no território. Neste aspecto a construção da noção de urbano e de rural nasceu a partir da formação e organização no território das empresas e de suas dinâmicas de mercados, aparadas pelo aporte estrutural do Estado.

A importância das relações de mercado em relação à organização do território serão tratadas com maior detalhamento quando da conceituação de Mercado e suas influências na dinâmica local. A priori importa ressaltar que a hierarquização urbana das cidades foi inicialmente em grande medida influenciada pela relação microeconômica estabelecida no comportamento das empresas que se aglomeraram em determinadas áreas.

O Estado por outro lado, teve papel fundamental neste processo, pois consolidou as cidades fornecendo a elas a infra-estrutura necessária para o desenvolvimento das empresas, construindo escolas, universidades, hospitais. Portanto o papel do Estado na formação do que chamamos de cidades foi e ainda continua sendo fundamental, já que, ele fornece estrutura tal, através de suas decisões político-administrativas, que por assim podemos denominá-las de cidades.

No Brasil, a separação entre urbano e rural se consolidou através de uma classificação normativa, ou seja, de ato administrativo, segundo Veiga (200?) a definição de “cidade” originou-se do decreto-lei 311 de 1938, no Estado Novo, o qual transformou em cidades todas as sedes municipais existentes, independente de suas características estruturais e funcionais.

Essa classificação normativa teve várias influências sobre a forma como o próprio Estado concebeu as políticas de desenvolvimento do país, segundo Abramovay (2000) a concepção normativa adotada historicamente para classificar o que era considerado urbano e rural construiu nas instituições e no próprio Estado um “vício conceitual na maneira de definir as áreas rurais no Brasil” que contribuiu decisivamente para que estas fossem associadas a idéia de “região atrasada”.

Segundo o autor os impactos políticos desse vício classificatório é que o meio rural tornou-se apenas a borda das cidades e concentrações urbanas, recebendo no máximo políticas sociais compensatórias para sua “inevitável decadência e pobreza”. Se, no entanto, o Estado pudesse perceber que as regiões rurais podem desempenhar as funções necessárias a seus próprios habitantes e também aos da cidade, sem necessariamente se urbanizar, poder-se-ia

então produzir políticas de desenvolvimento úteis à estas áreas e a esta população, Abramovay às chama de áreas não densamente povoadas.

Ainda nesta perspectiva Abramovay, afirma que não há uma definição universal consagrada de meio rural, mais destaca que em alguns trabalhos Europeus e Norte Americanos “o rural não é definido por oposição e sim na sua relação com as cidades”. O autor sugere algumas possibilidades de definição destas áreas a partir de uma visão mais territorial em vez de uma visão setorial, ou seja, as cidades não deveriam ser definidas pela concentração industrial e nem o campo por seu caráter essencialmente agrícola.

Também para Carneiro (1998) a noção de ruralidade se constrói no contexto de intensificação das trocas entre campo e cidade. Sua proposta é pensar o "rural" e o "urbano" a partir de um ponto de vista dos agentes sociais que realizam essa interação, rompendo com a dualidade inerente a essas categorias.

Para Carneiro (1998) o “campo” não está passando por um processo de transformação de forma homogênea, pautado pela influência do padrão de produção e da vida “urbano industrial”, os efeitos desta transformação sobre a população local e a maneira como esta reage a tais influências não são, portanto, uniformes, não se pode falar de ruralidade de uma forma geral, a ruralidade se expressa de forma diferente em universos culturais, sociais, ambientais e econômicos heterogêneos.

Para Grammont (2008)

La palabra “ruralidad” es un tecnicismo de las ciencias sociales. Se deriva del sustantivo “rural” pero no está reconocida por las academias de lengua españolas. Lo mismo pasa en las demás lenguas. Curiosamente ambas palabras acabaron por tener un significado opuesto, en la literatura la vida rural evoca el tiempo que permanece, la tranquilidad y la sencillez de la vida, la tradición tanto en las tecnologías como en los usos y costumbres; mientras en las ciencias sociales la ruralidad se refiere al cambio y la complejidad de la vida rural.

Considerando as diferentes conceituações acima citadas da concepção histórica e de formação do rural, seu processo de transformação ao longo do tempo, incluindo as concepções contemporâneos sobre multifuncionalidade e nova ruralidade, concluímos que há no debate atual acerca do rural e da relação campo-cidade um importante movimento de “sensibilização”

teórico-metodológico na sua formulação, no sentido de pensar o rural a partir de uma visão mais complexa, que mescla diferentes percepções, para além da relação econômica geográfica. O rural e o campesinato passam a ser percebidos também pela e na sua relação com os processos de interação com o capitalismo.

2.1.2 Da Unidade Construída pela Multifuncionalidade e Nova Ruralidade

No sentido de incorporar essas mudanças no debate acadêmico contemporâneo, teve-se um importante movimento de construção conceitual tanto na América latina e na Europa. A Multifuncionalidade e a Nova Ruralidade representam este movimento.

Nos importa compreender neste debate, quais seus diferentes significados e como tais conceitos podem ou não aludir às mudanças ocorridas da ruralidade no contexto estudado. Neste sentido fez-se uma breve revisão do contexto histórico a partir do qual foram criadas as terminologias.

Na América Latina este debate tem sido denominado de “nova ruralidade latinoamericana”, e traz como ponto principal segundo Grammont (2008) a inclusão da crescente relevância da pluriatividade no rural contemporâneo, ou seja, há um movimento de valorização das atividades do setor secundário e terciário nas e para as populações rurais.

Na Europa a noção de Multifuncionalidade surge concomitantemente com a noção de nova ruralidade na América Latina. Ambas pretendiam e pretendem construir marcos renovados para a definição de políticas públicas nos setores agrícola e rural.

Segundo Bonal *et al.* (2004) em um contexto mundial idêntico marcado pela globalização, os princípios em que se fundamentam estes conceitos – Multifuncionalidade e Nova Ruralidade, são muito específicos e estão marcados pela historia econômica e social de cada região onde foram elaborados. Sobre este aspecto especial o autor faz uma importante análise comparando a sincronia do surgimento dos conceitos - multifuncionalidade na Europa e nova ruralidade e na América Latina.

Na Europa o conceito de multifuncionalidade emerge das mudanças ocorridas no setor agrícola após a segunda guerra mundial, com a construção da Política Agrícola Comum – PAC que foi um movimento de modernização do setor agrícola, marcado pelo aumento da produtividade e que permitiu a Europa passar de uma situação de escassez alimentícia pós segunda guerra, para uma situação de exportação. Porém as conseqüências desse processo foram também significativas para configuração mundial da agricultura.

A transformação da agricultura Européia foi possível mediante reformas estruturais que fortaleceram o capital produtivo de exportações, através da intensiva mecanização, desenvolvimento de sistemas de crédito agrícola com taxas baixas, fortalecimento da estrutura cooperativa, e o desenvolvimento de estruturas profissionais agrícolas. A Comunidade Econômica Européia – CEE permitiu e fomentou estas profundas modificações a partir de 1957 através do estabelecimento de uma política estrutural e das relações financeiras solidárias entre os países da CEE, com destaque para a Organização Comum de Mercado – OCM, o que propiciou à agricultura européia proteção frente aos mercados internacionais.

Os efeitos deste processo foram grandes: aumento da oferta agrícola que permitiu à maioria dos países da CEE recuperar a situação de auto-suficiência alimentícia e posteriormente acessar mercados externos; melhoramento considerável da produtividade do trabalho e da terra, segundo Bonal *et al.* (2004) “[...] se desencadenó una verdadera revolución agrícola, los volúmenes de producción se multiplicaron por un factor de 2 a 5 entre 1961 e 2000 para los grandes tipos de productos, mientras que él número de activos agrícolas disminuyó en 80% y el área cultivada en 15%.”

A “revolução agrícola” Européia provocou uma reestruturação social, econômica, territorial e política. De acordo com Bonal *et al.* (2004) na área social se registrou uma transformação rápida da sociedade rural em sociedade urbana com um certo nivelamento da vida e no consumo das populações entre o urbano e o rural. No plano econômico os progressos permitiram a passagem da agricultura campesina para uma agricultura familiar muito integrada ao mercado, intimamente ligada aos setores conexos de transformação agroindustrial e de serviço. No plano territorial a busca de produtividade deu lugar à especialização por zonas

produtivas, a reestruturação agrária e da paisagem agrícola. E no plano político os grupos agrícolas conseguiram manter certa influência política no jogo político relativo à agricultura.

O PAC somado ao OCM produziu resultados positivos na Europa até o início da década de setenta quando os primeiros sinais de esgotamento começaram a aparecer, com a saturação dos mercados agrícolas, o custo exponencial das medidas de apoio, os choques monetários no interior da CEE. Ao final dos anos oitenta e durante os anos noventa sucederam diferentes crises no setor agrícola europeu, com destaque para os problemas gerados pelo protecionismo agrícola europeu que produziram influências negativas em todo o mundo. A reforma do PAC em 1992 marcou o início da ruptura ao protecionismo e ajudas à produção.

Para Bonal *et al.* (2004), o surgimento do conceito de Multifuncionalidade está diretamente ligado ao processo histórico em particular do PAC nos países Europeus, e com a crítica feita a ele. Os excessos de produtivismo geraram efeitos ambientais e sociais indesejáveis como a desertificação dos campos, a contaminação dos lençóis freáticos, crises sanitárias e alimentícias, como a vaca loca. Estes processos também aceleraram na sociedade civil um movimento de conscientização da necessidade de busca de novas referências e valores sobre o desenvolvimento sustentável. Neste sentido o autor afirma que os debates relacionados com a multifuncionalidade trazem consigo os questionamentos sobre o modelo de desenvolvimento agrícola adotado na Europa.

Na América Latina a concepção de uma “nova ruralidade” nasce do processo de redefinição das políticas públicas adotadas pelo conjunto de países do continente sul americano nas últimas duas décadas, somados ao processo de abertura das economias nacionais e da criação das áreas de comércio regionais como Mercosul e NAFTA. De acordo com Bonal *et al.* (2004), a concepção de nova ruralidade na América Latina se inscreve em um movimento intelectual de crítica as políticas econômicas que são consideradas responsáveis pela desigualdade social e territorial do meio rural.

Segundo o autor contrariamente a Europa, na América Latina as políticas de desenvolvimento agrícola e rural evoluíram de maneira profunda no transcurso das últimas duas décadas, sob o efeito dos choques econômicos e da pressão das instituições financeiras internacionais. Durante as décadas de cinquenta e sessenta, o setor agrícola teve um tratamento

subordinado às políticas de industrialização e substituição de importações, sua função era promover alimentos e matéria prima para a indústria, além da transferir mão-de-obra para as atividades industriais. Essa é uma visão na qual o rural estaria inserido somente parcialmente nas economias nacionais, de forma estratégica para as indústrias.

A partir dos anos oitentas essas políticas foram interrompidas pela crise da dívida externa, que deságua na década de noventa na liberalização forçada das economias nacionais.

El objetivo inicial de construcción de mercados internos, que encajaba perfectamente con el modelo “fordista”, gracias a la implementación de entornos económicos nacionales protegidos, fue reemplazado en espacio de una década por el de la apertura internacional con base en ventajas comparativas y por ende en la búsqueda de la competitividad en un contexto de crecimiento económico más volátil. (BONAL *et al.*. 2004 p. 25)

O período de transição ao longo das décadas de oitenta e noventa foram marcados pelas exigências do Fundo Monetário Internacional – FMI, que levou os países latino-americanos a reduzirem seus gastos públicos e a promoverem a exportação. Para sair da crise se buscou na década de noventa a abertura das economias nacionais, o que trouxe repercussões na organização interna da produção e do comércio criando economias muito abertas dependentes dos grandes capitais financeiros nacionais e estrangeiros.

No contexto em que o Estado se exime de parte de suas responsabilidades transferindo-as para o setor privado, as políticas públicas agrícolas elaboradas nesse âmbito acabaram por privilegiar os setores dos produtores empresariais, as estratégias adotadas para o desenvolvimento e modernização do meio rural foram construídas com uma visão eminentemente produtivista e setorial.

No Brasil as principais transformações ocorridas no setor agrícola durante o período, foram denominados por alguns autores como “[...] um processo de modernização forçada da agricultura brasileira” (FLEXOR *apud* DAVID, 1999). A autora mostra que as maiores alterações da agricultura brasileira ocorreram entre 1970 e 1975, com a concentração do processo de modernização agrícola nos estados de São Paulo e na Região Sul. O aumento da produtividade do trabalho e da terra concentrou-se no estado de São Paulo e a produtividade da terra, no Sul. Houve ainda, uma subordinação do modelo de desenvolvimento da agricultura à

lógica da inserção internacional da economia brasileira. Este aspecto é evidenciado pelo aumento de produtividade da produção de *commodities* (algodão, arroz, milho, trigo, soja, laranja, uva, tomate, feijão, recentemente, e frango) e a concentração do financiamento na produção de soja, laranja e cana-de-açúcar. A autora conclui, então, que o modelo de desenvolvimento agrícola padronizou uma modernização socialmente excludente, que ao final levou ao esgotamento da dinâmica desse modelo.

Como resultado, a exemplo da Europa, a produção agrícola na América Latina cresceu de maneira significativa principalmente as cadeias produtivas ligadas ao capital transnacional, porém segundo Bonal *et al.* (2004). à revés desta, este crescimento, não se constituiu como uma “revolução agrícola latinoamericana” já que na agricultura campesina não houveram modificações significativas. A agricultura campesina sofreu principalmente com as políticas severas que pressionavam a baixa dos preços dos produtos básicos nos mercados internacionais, para a autora esse processo sem dúvida, está diretamente ligado à proletarianização do espaço rural.

Para Bonal *et al.* (2004) a noção de nova ruralidade na América Latina se fundamenta em parte no fracasso das políticas agrícolas adotadas desde os anos cinquenta, como na ineficiência das instituições públicas no sentido de absorção das peculiaridades da grande maioria da população rural. Neste sentido a noção de nova ruralidade desenvolvido na América Latina parece denunciar o processo histórico em que se procura absorver as possibilidades de reequilíbrio da situação assimétrica de incorporação da globalização existente no urbano e no rural.

O autor faz importante conclusão sobre a comparação entre os dois processos na América Latina e na Europa, Bonal *et al.*. 2004. ele afirma que,

En Europa, se ha asistido a una revolución agrícola, caracterizada por el surgimiento de una agricultura campesina muy bien dotada en capital, puesta en marcha en un contexto macroeconómico estabilizado y protegido a pesar de las presiones recientes de la liberalización. En América Latina se observa igualmente una “erosión” – más reciente – de la población agrícola, pero esta se dio no como consecuencia de un movimiento de transformación global, sino más bien como resultado de una diferenciación creciente de las trayectorias de las explotaciones agrícolas (BONAL *et al.*. 2004 p. 25).

Considerando este cenário, pode-se concluir que a adoção e a significação dos termos multifuncionalidade e nova ruralidade estão intrinsecamente relacionados com cada contexto

histórico em que foram formulados e que, de forma geral, estão marcados por esse movimento de absorção das externalidades negativas causadas pela adoção de diferentes políticas de mediação e incorporação do capitalismo na agricultura nos dois continentes.

No escopo deste trabalho, importa reter deste debate sobre nova ruralidade, que este tornou-se um marco na leitura mais contemporânea da ruralidade Latino Americana, que engloba uma visão do rural mais ampla e complexa que a visão dualista e simplificada que perdurou na visão generalista da sociedade. Não obstante, existem inúmeros debates e questionamentos quanto aos limites e restrições do uso terminológico de “nova ruralidade”, que poderia ou não clarificar as questões sobre as transformações da agricultura, da sociedade rural e do meio ambiente na contemporaneidade.

2.2 A AGRICULTURA FAMILIAR *versus* CAMPESINATO

A organização da sociedade campesina contemporânea está intensamente modificada desde aquela que se conhecia nos anos 50, está é uma das principais conclusões obtidas no ano de 1985, quando da realização do Seminário Internacional sobre Las Transformaciones de la Economía Campesina, e que deu origem ao livro “El campesino Contemporaneo: Cambios Recientes en los Países Andinos” em que à época se avaliava o estado de conhecimentos sobre as sociedades campesinas na academia internacional.

Quase três décadas depois ainda se tem a mesma impressão de que as sociedades campesinas continuam sendo intensamente modificadas. Porém contrariamente ao que se pode esperar do processo de homogeneização capitalista, o campesino contemporâneo, resguardados as especificidades de cada lugar de análise, preserva no seu interior sua raiz originária - a reprodução familiar como fundamento de sua existência. Ao longo da história, sob influência direta das diferentes Políticas de Estado em vários níveis do processo de modernização tanto da agricultura como da sociedade global, como se viu anteriormente, o campesinato preserva sua racionalidade, porém muda suas relações com o resto da sociedade, muda sua organização econômica, hoje não se têm mais populações isoladas econômica e culturalmente.

Em essência este estudo se propõe a entender como o campesinato da microrregião de Cametá tem reagido ao longo dos últimos anos diante da intensificação das dinâmicas de comercialização do açaí na microrregião de Cametá. Faz-se necessário, portanto conceituar e caracterizar quem é este camponês, e porque optou-se por utilizar a terminologia pequeno produtor - camponês.

Em uma revisão bibliográfica dos principais autores que discutem os diversos significados do campesinato e em especial, na Amazônia. Moura, (1986); Velho, (1982); Carvalho, (2005); Costa, (2000;(2005); Carneiro (1998); Neves (1995), optou-se por algumas conceituações pertinentes e esclarecedoras sobre esta categoria social complexa e diversificada.

Segundo Carneiro, (1998) as categorias “camponesa” e “agricultura familiar” seguiram trajetórias distintas, e receberam tratamentos diferenciados quanto aos seus elementos definidores. Enquanto o termo “camponês” destaca o componente cultural - o camponês como “modo de vida” correspondente a um contexto “não capitalista”, o termo “agricultura familiar” é formulado com ênfase na relação com o mercado capitalista. Para a autora cada terminologia carrega contextos importantes, que ao serem nivelados como se fossem sinônimos, acabam por distorcer e reduzir a compreensão da dinâmica de reprodução social desta categoria.

Neste sentido as terminologias pequeno produtor - camponês foi adotada em oposição a expressão vaga e homogeneizadora de “agricultor familiar”, cuja fácil identificação se reduz a algumas variáveis quantitativas Hebette, (2005) que se ajusta aos moldes da eficácia e da razão de um projeto político de constituição de uma categoria socioeconômica Neves, (2004). A terminologia “agricultura familiar” nasce no sentido criar, diferenciar um certo tipo de “categoria de trabalho”.

Segundo Neves, (2004) no Brasil o termo agricultura familiar foi assumido pelos pesquisadores e pelas representações políticas dos trabalhadores, na busca de um reconhecimento das ações políticas dos trabalhadores rurais, e de um enquadramento profissional que pudesse habilitar tais atores ao acesso a crédito e a assistência técnica, ou seja, buscavam uma forma de assegurar a legitimidade à construção de uma categoria socioeconômica dotada de direitos, enquadrada legal e institucionalmente.

Torna-se igualmente importante ressaltar que o termo pequeno produtor - camponês é adotado não pela sua oposição ao grande produtor, ou ao tamanho do estabelecimento produtivo,

e sim pela sua racionalidade produtiva e social, sua capacidade adaptativa, e sua conduta econômica peculiar.

Propõe-se a adoção conceitual da terminologia camponês, como sendo este caracterizado por conter em sua unidade familiar as esferas de produção e consumo, onde seu fator primordial para tomada de decisões é a garantia da reprodução da família (COSTA 2000; CARVALHO 2005).

Há contudo, diversas discussões sobre a economia camponesa, sobre o campesinato no capitalismo e sobre as interações destes, que podem subsidiar o entendimento do encontro de duas diferentes lógicas existentes na microrregião estudada, entre campesinato (reprodução familiar) e mercado (lucro).

Neste sentido, alguns autores defendem que no encontro do campesinato com o mercado há interações importantes,

O camponês adaptou-se e foi adaptado, transformou-se e foi transformado, diferenciou-se internamente, mas permaneceu identificável como tal. Teve suas formas de produção e organização de vida redefinidas em larga medida, postas a serviço de uma realidade estrutural mais poderosa, a engrenagem da reprodução do capital (MOURA, 1986, p. 19).

Nesta relação campesinato e mercado Chayanov *apud* Costa (1995) ressalta que é necessário identificar em quais limites a economia camponesa está propensa a mudança. O autor propõe que a capacidade de investimento da família camponesa, pode ser delimitada na relação entre a capacidade de trabalho dos membros aptos da família com a “máxima de trabalho” que estes membros podem realizar até o limite da capacidade física deste, ou seja, os limites da economia camponesa se encontram em sua própria estrutura familiar, que está tencionada entre a satisfação das suas necessidades, a penosidade do trabalho e a capacidade de trabalho da família.

2.3 INTERAÇÕES ENTRE ESTADO, MERCADO E CAMPESINATO

As interações entre estado, mercado e campesinato se configuram no território através das crescentes demandas pelo açaí. As demandas crescentes em estudo expressam a relação que o

mercado estabelece com os agentes locais, em essência existe um processo que é caracterizado por uma relação de troca que *a priori* as duas partes tem interesse.

Conceitualmente o mercado foi definido a partir dos construtos de Reis (2003) sobre as relações do mercado com a sociedade moderna, a democracia e o Estado moderno. O autor discorre sobre o movimento do Estado frente à centralização do mercado nas relações sociais e discute a origem deste papel central a que o mercado tem sido colocado em nossa sociedade.

Segundo Reis (2003, p. 57) o fato de se pertencer ou não a um mercado é determinado, não pela condição potencial de ser comprador ou vendedor de mercadorias, mais sim, pela orientação específica e objetiva do lucro, que em última instancia, é a lógica reprodutora do capital, e a evolução impessoal a que o mercado recai ao longo da história moderna fixando a impessoalidade nas relações mercantis legitima a indiferença recíproca entre os atores. Reis busca em Weber a origem do conceito de “mercado” e identifica nele uma forma de socialização por excelência, onde os dois participantes ao se reconhecerem reciprocamente portadores de direito, perseguem apenas os seus interesses próprios e individuais. O autor identifica neste sentido, uma ambigüidade fundamental própria do mercado, pois ele é emancipatório por autorizar a perseguição de fins pessoais, independentemente da opinião alheia; e (o outro lado da mesma moeda) opressivo por viabilizar, rotinizar e, por fim, legitimar as indiferenças recíprocas (REIS, 2003, p. 52).

Esta percepção do mercado argumentada por Reis (2003), torna-se aqui importante na medida em que legitima duas características essenciais encontradas nas relações comerciais estabelecidas entre produtores e empresas na microrregião de Cametá. A primeira característica diz respeito à identificação da própria lógica do mercado, de reprodução do capital a partir de relações impessoais e da indiferença recíproca, ou seja, pode-se pensar que a princípio não há no mercado nenhuma predisposição ao reconhecimento ou adequação as formas organizativas e culturais do local. A segunda característica é a sobreposição dos *modus operandi* do mercado, é perceptível o contraste fortemente dicotômico entre a lógica tácita das relações familiares, parentais e comunitárias encontradas no rural e a lógica de mercado.

Este marco teórico pode ajudar a compreender o fenômeno notável da realidade estudada, o aprofundamento da inserção do mercado no local, em 1999 havia um mercado insipiente, se comparado com o ano de 2005, cujo crescimento da comercialização chegou a mais de 800%,

(SOARES, 2006). Ao observar os diferentes períodos entre 1999 e 2008 pode-se evidenciar as modificações ocorridas, considerando o crescimento das demandas e comercialização do açaí regionalmente e extra regionalmente.

A contrariedade do princípio do mercado estudada por Reis (2003, p. 60) ressalta que embora no mercado se pressupõe que todos devam ser igualmente capazes de competir, a competição é a afirmação de si, a distinção, a reprodução de desigualdades é a hierarquização. Logo, se pode pensar que o aprofundamento das relações entre mercado e camponês são então assimétricas e tendentes à reprodução destas desigualdades. Neste ponto ressalta-se o importante papel que o Estado exerce na dinâmica dos agentes econômicos no território, quando este interfere no mercado, seja através de políticas de governo, seja através de planos econômicos, ele pode potencializar ou minimizar as assimetrias entre estes agentes.

Observa-se então que o Estado poderia ser o agente mediador desse processo assimétrico na medida em que, ele pode influenciar nos processos de decisão dos diferentes atores no território através de “incentivos” ou de “proteção”, há neste sentido diversos instrumentos como impostos, taxas subsídios, etc. Mais porque o Estado para amenizar estas assimetrias entre os diferentes atores não se utiliza destas ferramentas, ou quando as utiliza o faz sob condições precárias?

Pode-se dizer que os mecanismos utilizados pelo Estado são lentos e burocráticos (a exemplo do Fundo Constitucional do Norte - FNO, Programa Nacional para Agricultura Familiar - PRONAF, entre outros) e historicamente quando o Estado utilizou estas ferramentas acabou por atingir os atores de diferentes formas (em muitos casos por concepções distorcidas destes atores, a exemplo da idéia de que as empresas são o que há de mais moderno e os camponeses são as instituições atrasadas, ou os “pobrezinhos”) isso acabou por produzir distorções enormes na estrutura como a criação de políticas compensatórias, em vez de políticas de incentivo.

2.4 PRODUTOS EXTRATIVOS *versus* APROPRIACIONISMO⁶

Na história da Amazônia, houveram sucessivos ciclos extrativistas, em que se caracterizavam exatamente como uma onda, de auge de produção seguido de queda. A seqüência inicia na década de quarenta do século XIX com o cacau (*Theobroma cacao*) seguido da borracha (*Hevea brasiliensis*), posteriormente pela castanha (*Bertholletia excelsa* H.B.K) são os exemplos mais importantes. A pergunta sugerida por estas dinâmicas passadas é a de que - sendo o açaí um produto extrativo amazônico, ele se enquadraria nesta mesma dinâmica?

Não é objeto desta pesquisa testar a hipótese se o açaí é ou não um produto amazônico tipicamente extrativo. Autores como Homma, (1998) já o fizeram, nos importa sim, compreender em que medida as características destes produtos extrativos influenciam nas estratégias de vida dos produtores de açaí, e que lição se pode retirar desses ciclos passados.

Alguns teóricos afirmam que os produtos extrativos tendem a seguir sempre uma mesma dinâmica, e que portanto estão fadados ao mesmo destino,

O extrativismo como forma de produção de mercadoria, padece de uma contradição que é ao mesmo tempo sua fortaleza e sua franqueza. Ele se desenvolve tendo como suposto o monopólio da produção por ecossistema específico. Nada associa portanto, o estoque disponível na natureza originária do produto [...] com o ritmo de formação das necessidades sociais respectivas. Origina-se daí uma tensão, materializada em preços cada vez mais altos [...] que conduz ou à substituição da forma de produção e da quebra do monopólio da natureza originária, pela “domesticação” do produto [...] fato este que não precisa se dar no mesmo espaço onde fez-se a produção extrativa – implicando na queda dos preços e colocando em xeque a própria base da economia (COSTA, p. 6, 1992).

Na perspectiva de Drummond, (1996) o extrativismo ou as economias extrativas são no sentido mais básico, uma maneira de produzir bens nas quais os recursos naturais úteis são retirados diretamente da sua área de ocorrência natural, em contraste com a agricultura, o pastoreio, o comércio, o artesanato, os serviços ou a indústria. A caça, a pesca e a coleta de

⁶ O conceito de apropriação é trabalhado em Goodman (1990) e se refere a apropriação industrial das atividades rurais. Sua tese é a de que o capital industrial é incapaz de transformar o sistema agroalimentar da produção agrícola em um todo unificado. O autor afirma que os capitais apropriação são aqueles ligados principalmente com o processo de transformação primária das safras, ele diferencia estes capitais dos substitucionistas, os quais procuram reduzir o produto rural a “simples insumo industrial” desenvolvendo o que ele chama de eliminação do processo rural de produção, podendo ser pela utilização de matéria-prima não agrícola, ou pela criação de substitutos industriais dos alimentos e fibras

produtos vegetais são os três exemplos clássicos de atividades extrativas. Ele ressalta que o termo extrativismo se aplica também a atividades mais "modernas", em que certos recursos naturais são retirados no seu local de ocorrência natural, e que têm a intermediação de tecnologia e maquinário mais sofisticados. A exemplo da mineração, da extração de petróleo e gás natural e ao corte de árvores em grande escala.

Para Drummond (1996), as características dos produtos extrativos são fundamentais para compreender sua dinâmica. A primeira característica é o extrativismo como “produto” renovável, ou seja, são bens cujos estoques são repostos por processos naturais numa escala de tempo compatível com a cultura humana.

A segunda característica se refere à tendência das economias extrativas contemporâneas de serem direcionadas para a produção de produtos voltados para o mercado, e não para a subsistência, sua função originária.

Uma terceira característica é a tendência das economias extrativas de produzir um único bem, que com a especialização da produção tende a ser transferido da região produtora, na de forma *in natura*.

Ainda em Drummond (1996), uma economia regional é extrativa exatamente porque não processa localmente os bens que retira da natureza. Isso transfere para outras regiões ou mesmo outros países os benefícios ligados ao processamento secundário, à transformação industrial, à comercialização, etc. Processos correlatos a essas outras etapas produtivas - como a diversificação econômica e social, a maior qualificação dos trabalhadores, a elevação do nível de renda dos trabalhadores, o desenvolvimento tecnológico e o surgimento das atividades secundárias e terciárias - ocorrem de forma muito superficial ou não ocorrem em regiões extrativas.

O histórico de comercialização de muitos produtos extrativos na Amazônia que se caracterizaram por cenários de “auge e queda”, deixou uma importante lição sobre os rápidos rendimentos deste comércio que logo, é precedido de uma rápida decaída. O norte amazônico boliviano assim como o norte amazônico brasileiro apresenta muitas características em comum, que vão muito além das semelhanças

Continua...

edafoclimáticas. Essa relação se inicia com os limítrofes territoriais a exemplo do território do estado do Acre, e se prolongam para as relações comerciais de produtos extrativos historicamente compartilhados e disputados.

Na Amazônia boliviana, tem-se um histórico de comercialização de produtos extrativos que em certa medida, sofreu e ainda sofre influência direta das demandas do comércio brasileiro Stoian (2006). Estas influências comerciais se iniciam ainda no século XIX, com a chegada no norte amazônico boliviano de exploradores bolivianos e brasileiros a procura da cascarilla (*Cinchona spp.*) também conhecida a época como quina, cujas características químicas reduzia a febre. A exploração contínua da cascarilla levou ao aumento dos preços, sobre-exploração da espécie, posteriormente a domesticação e produção em escala em outros países como Inglaterra e Índia, caindo no domínio da indústria farmacêutica internacional.

A borracha (*Hevea brasiliensis*) também conhecida como goma, e caucho, inseriu-se inicialmente na economia boliviana também sob influência do comércio brasileiro, utilizando também sistemas de aviamento, e preservando as mesmas características de produtos extrativos, de auge e queda, na Bolívia a borracha desempenhou um importante papel na economia local do princípio do século XIX, até meados da década de 80, quando entra em colapso, provocando importante êxodo rural até as cidades de Riberalta, Cobija e Guayaramerín, este êxodo foi estimulado também pelo surgimento da “indústria urbana” da castanha do norte boliviano, que da mesma recebeu influência brasileira, se estabeleceu como uma importante economia no norte boliviano, a castanha continua sendo ainda hoje um dos principais produtos comercializados na região Stoian (2006).

Curiosamente o açaí parece estar desempenhando o mesmo papel de produtos extrativos a exemplo da cascarilla, da borracha e da castanha no norte amazônico boliviano. O movimento de popularização da produção do açaí na região ainda é recente, a palmeira possui brotação natural do tipo *Euterpe precatória*, os indígenas extrativistas possuem um largo histórico de utilização e conhecimento tácito no uso da palmeira e do fruto (além do consumo do suco do fruto, utiliza-se a raiz como planta medicinal no tratamento da anemia). Na década de 90 os estoques de

palmeiras da região sofreram intensa exploração por conta da comercialização do palmito, ressalta-se que as principais indústrias que compravam o palmito eram brasileiras, e recebiam o fruto sem maior fiscalização de origem. Atualmente há um intenso movimento das instituições locais e regionais no distrito de Beni, nos municípios de Cobija e Riberalta, na promoção de plantações da palmeira do tipo *Euterpe oleracea*, importada do Brasil, este movimento envolve compra de sementes brasileiras, e distribuição destas para os agricultores através da assessoria de instituições locais. Essa promoção não é aleatória e está relacionada com as características da palmeira do tipo brasileira que nasce em toiceiras, produz mais frutos e tem maior facilidade na colheita. Há também importante investimentos das instituições locais, que tem recebido estímulos de indústrias brasileiras, para compra do fruto. As ONG's Centro de Investigación y Promoción del Campesino - CIPCAR e o Instituto para el Hombre Agricultura y Ecología - IPHAE localizadas no município de Riberalta, tem desenvolvido importante intercâmbio de produtos e informações sobre o açaí, e são as mais importantes difusoras da palmeira tipo brasileira na região (ARNEGGER *et al.* 2007).

Quadro 1: Auge e Decadência na Comercialização de Produtos Extrativos na Amazônia Brasileira e Boliviana.

Fonte: Elaborado pela autora com base no intercâmbio promovido pela Iniciativa Amazônica, em Riberalta, Bolívia, 2007.

Em seu sentido etimológico o agroextrativismo expressa às especificidades do sistema de produção extrativo, que procura conjugar a coleta de recursos da biodiversidade à geração de produtos por meio de cultivo e outras atividades, logo, o agroextrativismo é uma típica atividade desenvolvida pela agricultura campesina.

Costa (1997) ressaltam a importância da distinção terminológica entre *camponeses extrativistas* e *camponeses agrícolas*, a qual se dá a partir do fundamento técnico na relação com a natureza, os camponeses extrativos ou caboclos são aqueles cujo processo produtivo supõe, no fundamental, a manutenção da natureza originária enquanto seu objeto de trabalho, por outro lado, camponeses agrícolas são aqueles cujo processo produtivo é, predominantemente, processo de transformação da natureza tal como encontrada.

Na microrregião de Cametá as principais atividades agroextrativas encontradas são: o extrativismo do açaí em larga escala, do buriti (*Mauritia flexuosa*) em menor escala, cultivo de frutíferas em geral para a subsistência, a pesca artesanal, a criação de pequenos animais como frango e porco e mais recentemente a apicultura.

A forma de organização produtiva da população local no município de Cametá provavelmente recebeu influência da miscigenação indígena e negra. Há vários quilombos existentes no município. Segundo Hebette (2005), o primeiro campesinato totalmente livre que surgiu e se manteve assim foi no estado do Pará, e foi formado pelos quilombolas que fugiram da escravidão, aos quais se juntaram, mais tarde, os cabanos e posteriormente os seringueiros.

As unidades familiares da microrregião têm um histórico de especialização na produção agroextrativista do açaí, que tem sido ao longo da última década a principal fonte de renda das famílias. O sistema agroextrativista de produção destas famílias envolve uma gama de combinações de produtos, cujas interações altamente complementares que propiciam uma diversidade de formas em cada propriedade, e sofre variação de acordo com a localização geográfica e a forma de uso da terra.

Novos sentidos principalmente o políticos têm sido agregado à denominação agroextrativismo. Destaca-se a função de alternativa “potencialmente sustentável”, entre outras.

No processo histórico de construção dos sentidos da palavra agroextrativismo, inicialmente o termo designava uma forma “primitiva” ou “atrasada” de exploração econômica dos recursos naturais. Hoje o agroextrativismo tem sido crescentemente valorizado e estimulado por atores governamentais e não governamentais em promover alternativas de uso sustentável e conservação ambiental.

Todavia, ainda permanecem na cadeia produtiva agroextrativa alguns problemas simples, mas de longa data, como: o desconhecimento das potencialidades de mercado de seus produtos; a deficiência na organização comunitária; o desconhecimento das técnicas de gerenciamento da produção e comercialização; a deficiência no manejo e beneficiamento dos produtos; a falta de logística no transporte etc. Estes são em certa medida as vozes das assimetrias desfavoráveis ao produto local a que nos referimos.

Alguns dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2007) ilustram o cenário que os produtos extrativos têm tido na economia nacional regional e local. Conforme

apurado na Pesquisa da Extração Vegetal e da Silvicultura – PEVS, em 2007 em todo o país a produção primária florestal dividiu-se em 68,7% proveniente da silvicultura (exploração de floresta plantada) e 31,3% do extrativismo vegetal. Os principais produtos extrativos do país são: babaçu, açaí, fibra de piaçava, erva-mate, pó cerífero e cera de carnaúba, castanha-do-pará, palmito e látex.

A região norte em relação ao país produz 90,4% da produção nacional do açaí, 98,4% da produção de castanha-do-pará, 99,8% da produção de látex, 94,2% da produção de palmito e 11,4% da produção de fibras de piaçava. A produção do estado do Pará representa em relação a estes produtos, 86,8% da produção do açaí da região norte e 25,1% da produção de castanha-do-pará. Os principais municípios produtores de açaí são: Limoeiro do Ajuru, Ponta de Pedras, Oeiras do Pará, Muaná, Igarapé-Miri, São Sebastião da Boa Vista, Mocajuba, Barcarena, Cachoeira do Arari, Inhangapi, Magalhães Barata, São Domingos do Capim, São Miguel do Guamá, Irituia, Marapanim, Óbidos, e Abaetetuba.

Diante deste cenário, os construtos de Drummond (*apud* de BUNKER, 2002) nos ajudam a chegar a algumas conclusões importantes sobre as regiões tipicamente extrativas como é o caso do município de Cametá, e suas potencialidades para produzirem efeitos de desenvolvimento.

Primeiramente, ele afirma que a maior parte do valor dos produtos extrativos são atribuídos às suas características naturais, e não ao capital, à tecnologia ou ao trabalho neles embutidos.

Em segundo lugar o autor indica que a agregação de valores do capital e do trabalho aos recursos naturais brutos, ou seja, sua transformação em produtos acabados ou intermediários, em geral ocorre fora das áreas extrativas.

O terceiro fator apontado refere-se à unipotencialidade das empresas extrativas que, em geral, não podem mudar de produto ficando restrito a um único produto que por vezes, (e ao longo do tempo) perde mercado, competitividade ou utilidade.

Por último, conforme passa o tempo, o perfil da própria força de trabalho local e das expectativas comunitárias tende a se conformar às necessidades de um único grande empreendimento extrativo, reforçando as demais barreiras à diversificação das atividades produtivas.

3. O LUGAR E O OBJETO DA PESQUISA

3.1 A MICRORREGIÃO DE CAMETÁ

O município de Cametá está localizado no Estado do Pará, na microrregião de Cametá mais conhecida como Baixo Tocantins. Segundo classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE no Estado do Pará há um total de 22 microrregiões, a microrregião de Cametá é constituída pelos municípios de Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará. O rio Pará é o principal rio que banha estes município, as áreas de várzeas flúvio-marinhas do estuário do rio Pará se encontram localizadas e distribuídas por um conjunto hidrográfico formado pelos rios Araguaia, Tocantins, Capim, Acará, Moju, Guamá, Anapu, Jacundá, Pacajás e Araticum (RIBEIRO et al 2004).

O ambiente natural de várzea na Amazônia é classificado em dois grandes ecossistemas devido as suas características hidrológicas e o tipo de cobertura vegetal. Têm-se as áreas de “terra firme” que não são inundáveis e áreas de terras periodicamente inundadas. As áreas inundadas são categorizadas segundo as características hidrológica e geoquímica dos rios que as conformam, isto é, pelos rios de água branca – que são as áreas chamadas de várzeas, e pelos rios de água preta ou de água clara – que são as áreas chamadas de igapós (COSTA *apud* SIOLI, 1965; JUNK e FURCH, 1984; 2005).

A vegetação das áreas de várzea é muito mais rica que as de igapó devido à fertilidade dos rios de água branca e aos sedimentos aluviais, ricos em nutrientes, por eles transportados. A várzea tem um grande potencial produtivo para a agricultura, ao mesmo tempo, em que é altamente sensível a interferências, porque preserva um equilíbrio entre os ecossistemas aquático e terrestre, além de apresentar uma grande suscetibilidade para problemas ambientais nas áreas extensas ligadas a ela (COSTA *apud* JUNK, 2005).

As áreas de várzea na Amazônia possuem um longo histórico de ocupação, a princípio esta ocupação foi feita pelas populações indígena que mantinham um notável equilíbrio na utilização dos ricos recursos naturais disponíveis, pois utilizavam somente os recursos necessários para sua subsistência, através da pesca, da caça, da agricultura e do extrativismo. Posteriormente com a chegada dos colonizadores missionários, há introdução do cultivo de

produtos agrícolas como a cana-de-açúcar e a pecuária a partir de 1644 (PARSONS *apud* COSTA, 2005).

No processo contemporâneo de ocupação da região, importantes ciclos produtivos propiciaram a colonização de diversas áreas na Amazônia, a exemplo do “boom” da borracha que trouxe inúmeros imigrantes nordestinos e que posteriormente com seu declínio tornou possível a predominância do extrativismo da agricultura, da caça e da pesca como atividades principais de sobrevivência destas populações (COSTA, 2005).

Essas áreas têm sido favorecidas pelas brotações espontâneas de palmáceas, comuns nos terrenos úmidos em climas quentes (ROGEZ *apud* COSTA, 2005). Tais características permitiram o desenvolvimento de uma economia muito particular na microrregião de Cametá, ligada ao agroextrativismo do fruto de palmeiras com destaque para o açaí (*Euterpe oleracea*) e o buriti (*Mauritis flexuosa*).

As atividades econômicas mais importantes desenvolvidas nos ecossistemas de várzea são aquelas em que se destacam cultivos agrícolas temporários e permanentes, exploração das florestas com extração madeireira e coleta de produtos não-madeireiros, criações de animais domésticos e pesca, destaque para o uso da madeira, castanha, borracha, palmito, frutos, essências aromáticas, sementes amêndoas oleaginosas e pescados (RIBEIRO, 2004).

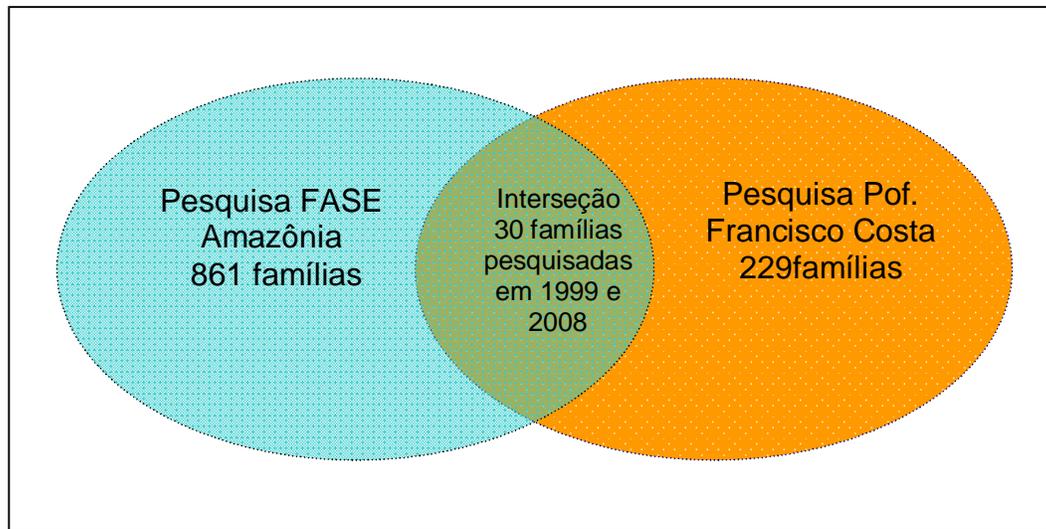
Um importante dado sobre a área de estudo é que esta está localizada à jusante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, onde há forte presença de famílias ribeirinhas, que com a construção da barragem do Rio Tocantins em 1984, estas famílias tiveram ao longo das duas últimas décadas modificação singular nas suas fontes de sobrevivência. A escassez do pescado, provocado pela barragem, em certa medida transferiu para as outras atividades produtivas uma sobre exploração.

3.2 O MÉTODO

A pesquisa baseou-se na comparação entre três conjuntos de dados: 1) Um conjunto relativo a 30 famílias pesquisadas pela autora em 2008; 2) Um conjunto de 229 famílias pesquisadas no ano de 1999⁷, e 3) Um conjunto de controle, representado por 199 famílias

⁷ Este conjunto de famílias foram selecionadas de pesquisa realizada pelo Prof. Francisco Costa no ano de 1999 no município de Cametá.

A escolha da sub-amostra de 30 famílias pesquisadas originou-se da intersecção de dois conjunto de dados: um primeiro sub-conjunto de 229 famílias pesquisa de 1999 e um segundo sub-conjunto de 861 famílias pesquisadas pela FASE-Amazônia no ano de 2004. Este procedimento pareceu adequado ao questionamento aqui posto, uma vez que o levantamento da FASE se referia a famílias com intensa relação de comercialização do açaí na microrregião. Os 30 casos a que se chegou representam 13% da mencionada pesquisa de 1999.



Esquema 1: Interseção entre os Bancos de Dados

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados dos banco de dados de 1999, 2004 e 2008

Os 229 entrevistados em 1999 foram separados em dois grupos: o primeiro formado pelos 199 estabelecimentos pesquisados somente na pesquisa de 1999, a partir de agora denominados de “Grupo A”, o segundo grupo é formado pelos 30 agricultores entrevistados em 1999 e 2008 e que foram denominados de “Grupo B”. Assim, quando se observa os dados de 1999 o Grupo A é grupo de controle do Grupo B, base de sua relativização no momento inicial da análise. A comparação, no tempo, se faz pela confrontação do Grupo B em dois momentos: em 1999 e em 2008.

3.3 CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA EM 1999

Os entrevistados em 2008 eram todos moradores das áreas de várzea do município de Cametá, distribuídos nas seguintes comunidades: Mutuacá de Baixo, Ilha Grande do Furtado, Mendaruçu de cima, Tamanduá Costa, Laranjal, Ilha Grande de Juaba, Carapina, Mapiraí de Cima, Praticaia, Mapiraí de Baixo, Paruru do Meio, Praticaia, Gama, Carapajó, Cacoal, Jaracuera. As famílias moram em médias há 25 anos nestas comunidades, possuem cerca de 7 pessoas moradoras por propriedade entre pais, filhos, netos e genros.

No conjunto da família dos entrevistados 46% são mulheres e 54% são homens. O nível de escolaridade das esposas é de 4,7 anos de estudos, as filhas possuem escolaridade média de 6,3 anos e os filhos possuem escolaridade média de 4,7 anos. As 30 famílias entrevistadas formam 215 pessoas, sendo que 47,5% são menores de 16 anos, 39,7% têm entre 17 e 40 anos e 12,7% são maiores que 40 anos. Foram entrevistados somente o cabeça de cada família.

Tabela 1– Características dos Sistemas de Produção dos Grupos

	Grupo B (Pesquisado Em 1999 e 2008)	Grupo A (Pesquisado em 1999)	Total Pesquisado em 1999
Número de Estabelecimentos			
Sistema de Várzea	29	104	133
Sistema Mixto	1	52	53
Sistemas de Terra Firme	-	43	43
Total dos Estabelecimentos	30	199	229
Proporção do número de estabelecimentos no total			
Sistema de Várzea	12,7%	45,4%	58,1%
Sistema Mixto	0,4%	22,7%	23,1%
Sistemas de Terra Firme	0,0%	18,8%	18,8%
Total dos Estabelecimentos	13,1%	86,9%	100,0%
Proporção do Valor Bruto da Produção dos grupos no total			
Sistemas Ribeirinho	11,2%	40,2%	51,4%
Sistemas Mixtos	0,1%	32,8%	32,9%
Sistemas de Terra Firme	0,0%	15,6%	15,6%
Total dos Estabelecimentos	11,3%	88,7%	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo de 1999 e 2008, elaboração da autora.

Os 30 estabelecimentos pesquisados em 2008 estruturavam-se em 1999 com base em sistemas produtivos classificados de “Sistemas de Várzea”, que combinam agricultura, manejo

florestal para obtenção de produtos não madeireiros e pesca. Esses eram os sistemas conduzidos por 199 famílias, isto é, 58% dos estabelecimentos pesquisados em 1999 em Cametá. Eram responsáveis por 51% do valor da produção daquela amostra, de modo que a sub-amostra de 2008 representava em torno de 13% dos estabelecimentos e 11% do valor da produção total, respectivamente - 21,8% e 21,7% do número de estabelecimentos e do valor da produção dos estabelecimentos com sistema de várzea.

Tabela 2 - Características dos grupos

	Grupo B (Pesquisado Em 1999 e 2008)	Grupo A (Pesquisado em 1999)	Total Pesquisado em 1999
		Anos de Estudo	
Escolaridade do Cabeça de Família (Capital Humano)	3,10	3,26	3,24
Escolaridade Total (Capital Humano)	2,69	2,82	2,80
		Média de Financiamento	
FNO por Estabelecimento (Acesso à políticas de fomento)	1.264,93	2.942,40	2.722,65
		Disponibilidades	
Terra por Estabelecimento (Disponibilidade de meios)	10,22	26,70	24,54
Trabalhadores Equivalentes (Disponibilidade de trabalho)	3,87	3,56	3,60
Terra/Trabalhador (intensidade de aplicação do trabalho)	2,64	7,50	6,81

Fonte: Pesquisa de Campo de 1999 e 2008, elaboração da autora.

Quanto à disponibilidade de capital humano, observada pelo nível de escolaridade do cabeça e do conjunto da família. Em 1999 o cabeça de família do Grupo A tinha uma média 3,6 anos de estudo e a média de escolaridade por família era de 2,8 anos de estudo, enquanto no Grupo B essas médias eram ligeiramente inferiores, de, respectivamente, 3,1 e 2,7 anos.

Quanto ao acesso a meios institucionais, observado pelo acesso a crédito de fomento. Verifica-se uma variação importante na média de valores de crédito do FNO acessado pelos dois grupos, naquele ano. O valor médio de crédito acessado pelo Grupo A era de R\$ 2.942,40, enquanto que a média de valor de crédito acessada pelo Grupo B era de R\$ 1.264,93.

Quanto à disponibilidade interna de trabalhadores, medida pela média de trabalhadores equivalentes (todos os membros das famílias transformados no equivalente de um trabalhador

adulto). O número médio de trabalhadores equivalente do Grupo A era de 3,56 para 3,87 do Grupo B.

Quanto à disponibilidade dos meios de produção fundamentais associados ao acesso à terra, cada estabelecimento do Grupo A dispunha em média de 26,7 há, enquanto do Grupo B, de 10,22 há. Relacionando a disponibilidade de trabalho com a disponibilidade de sua base de aplicação, a terra, tem-se que o Grupo A dispunha de 7,5 há por cada trabalhador equivalente Ha/Tb, enquanto o Grupo B dispunha de 2,64 Ha./Tb.

O capital social representado pela organização dos gestores dos estabelecimentos mostrou-se equivalente para os dois grupos: demonstrou-se a mesma média de participação em organizações de representação social, com 99% dos cabeça de família dos dois grupos sindicalizados e 55% deles com participação em representações cooperativas.

Conclui-se, assim, que o Grupo B, que adiante se investigará em sua evolução, representa grupo produtivo relevante em sua especificidade – os que gerem os sistemas de várzea – e, quando comparado com o Grupo A, apresentava fundamentos relativamente mais precários em três aspectos: no nível de escolaridade, expressão de capital humano, no nível de acesso ao crédito, expressão da densidade institucional com que conta, e de disponibilidade de terras e dos recursos naturais por elas suportadas. O Grupo B, por outro lado, dispunha de mais força de trabalho endógena que o Grupo A. Por fim, a importante observação de que, no que se refere à organização e participação social, ambos os grupos se igualavam.

4. CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO E MUDANÇA NA EFICIÊNCIA REPRODUTIVA DOS CAMPONESES

A questão central que norteia o trabalho é: em que medida as crescentes demandas e o aumento correlato da industrialização e comercialização do fruto do açaí representam de fato aumento na qualidade de vida dos produtores e elevação em suas capacidades de permanência. Em outras palavras, como vem interferindo na sustentabilidade da economia desses camponeses, na sua cultura e meio.

Presume-se, como hipótese, que as assimetrias nas relações entre camponeses e empresas processadoras atuaram de modo que não deveria se esperar melhoria significativa da qualidade de vida das famílias entrevistadas, correlatas com tamanho crescimento da comercialização do açaí na região. Raciocínio semelhante orientou a expectativa do estudo no que se refere à capacidade de acumulação das famílias e estabelecimentos.

Espera-se, adicionalmente, que o capital natural das famílias sofra alterações significativas, já que o constrangimento do mercado derivado do crescimento das demandas deve ter induzido a uma maior produção do açaí, a uma relativa especialização, pois, levando à homogeneização e ao crescimento do risco real dos estabelecimentos pelo crescimento da instabilidade e correlata à redução da diversidade ecológica.

Presume-se, por fim, alterações na organização das famílias ao longo desse tempo, provavelmente enfraquecendo, mais que fortalecendo o capital social existente.

Para avaliar variação na qualidade de vida utilizou-se as seguintes *variáveis*:

- a) O nível de renda familiar, assim composta: a renda provinda do trabalho rural, a renda provinda do trabalho não-rural e a renda provinda de transferências governamentais.
- b) Aquisição de bens de consumo duráveis;

Para avaliar a capacidade de permanência:

- a) Estoque de capital produtivo acumulado;
- b) Participação em redes de produção e comercialização;
- c) Participação em organizações de classe e organizações econômicas.

4.1 A QUALIDADE DE VIDA

A qualidade de vida foi associada às condições da reprodução, isto é, aos níveis de conforto e tensão envolvidos nos processos de reprodução⁸. Para avaliar a qualidade de vida verificou-se o nível de renda familiar, a qualidade da moradia, a aquisição de bens de consumo durável.

4.1.1 Nível de Renda Familiar

Foi considerado como renda familiar a soma do equivalente monetário da produção rural vendida ou não, mais a renda provinda das atividades não agrícolas, como empreitas ou salários de membros da família, e a renda provinda de transferências governamentais, como aposentadorias, seguro pesca, bolsa família ou pensões por invalidez permanente ou temporária.

a) Estrutura da renda derivada da *produção rural: especificidades e variações no Grupo B*

A renda derivada da produção rural foi calculada como somatória da produção física total de cada produto, vendida ou auto-consumida, multiplicada pelo preço ao produtor da parcela vendida. O valor da produção de 1999 foi corrigido pelo Índice Geral de Preços (IGP) da Fundação Getúlio Vargas para 2007. O Grupo B se diferenciava em 1999 do Grupo A pelas destacadas participações do Açaí na formação da renda rural do primeiro (respectivamente 52,2% para 12,9%) e da farinha de mandioca do segundo conjunto de estabelecimentos (respectivamente (12,0% para 41,5%). No mais, no Grupo B a manga e a criação de suínos se mostraram mais relevantes que no Grupo A (respectivamente 4,2 e 3,3 pontos percentuais) e, neste, a pimenta do reino é que apresentou um destaque de 3,4 pontos percentuais. A pesca, com

⁸ Meios de produção e reprodução podem ser comparados ao que Costa (1997, p. 10) chama de padrão reprodutivo e que envolve uma certa configuração da distribuição do trabalho por um conjunto de atividades, cujos resultados ou entram direta ou indiretamente no processo produtivo – na forma de meios de produção – ou reprodutivos – na forma de meios de consumo. Tornando-se um padrão de produção associado a um padrão de consumo produtivo, ou seja, é realizado como necessidade estrita do processo de trabalho, e reprodutivo pois é inerente às necessidade de manutenção do grupo familiar e seus fundamentos de trabalho.

participação média de 3,7%, e outras atividades mostraram importância relativamente equivalente entre os dois grupos (Tabela 3).

Entre 1999 e 2008, a já alta especialização do Grupo B se acentua, ampliando a importância do Açaí 5,5 pontos percentuais, atingindo 57,8% da renda rural. Por outro lado, cresce a importância de produtos do extrativismo não madeireiro, como a andiroba (1,5 pontos), e das culturas permanentes, como o cacau (2,7 pontos), a banana (2,3 pontos) e o jambo (2,4 pontos). A lavoura branca, por seu turno, representada pela farinha de mandioca, perde 9,3 pontos percentuais de significado.

No conjunto, a produção do Grupo B apresenta uma ligeira elevação no grau de concentração indicado pelas percentagens acumuladas: os cinco mais importantes produtos, que representavam 75,7% do total em 1999, passaram a representar 77,9%; os dez mais importantes, passaram de 90,4% para 92,6%; ao final, os doze mais importantes, de 92,9 para 95,9%.

Tabela 3 – Diferenças comparativamente ao Grupo A e variações na estrutura de produção do Grupo B entre 1999 e 2008 (R\$ a preços constantes de e 2007, corrigidos pelo IGP da FGV)

Produtos	R\$		Grupo B				Grupo A		Total (Grupo A + B)		Grupo B- Grupo A 1999	
	1999	2008	Estrutura %		Variação	% Acumulado		1999		1999		
			1999	2008		1999	2008	R\$	%	R\$		%
1.Açaí	64.760	149.050	52,3%	57,8%	5,5%	52,3%	57,8%	126.516	12,9%	191.276	17,4%	39,4%
2.Manga	10.183	18.267	8,2%	7,1%	-1,1%	60,5%	64,9%	39.074	4,0%	49.257	4,5%	4,2%
3.Porco	9.412	13.310	7,6%	5,2%	-2,4%	68,1%	70,1%	42.500	4,3%	51.911	4,7%	3,3%
4.Peixe	6.215	10.626	5,0%	4,1%	-0,9%	73,1%	74,2%	37.768	3,9%	43.983	4,0%	1,1%
5.Galinha	3.179	9.450	2,6%	3,7%	1,1%	75,7%	77,9%	37.355	3,8%	40.534	3,7%	-1,2%
6.Banana	1.660	9.202	1,3%	3,6%	2,3%	77,0%	81,5%	9.401	1,0%	11.062	1,0%	0,3%
7.Cacau	905	8.779	0,7%	3,4%	2,7%	77,7%	84,9%	18.580	1,9%	19.485	1,8%	-1,2%
8.Farinha	14.916	6.960	12,0%	2,7%	-9,3%	89,7%	87,6%	405.459	41,5%	420.375	38,2%	-29,5%
9.Camarão	847	6.788	0,7%	2,6%	1,9%	90,4%	90,2%	13.396	1,4%	14.242	1,3%	-0,7%
10.Jambo	0	6.250	0,0%	2,4%	2,4%	90,4%	92,6%	24	0,0%	24	0,0%	0,0%
11.Andiroba	811	5.801	0,7%	2,2%	1,5%	91,1%	94,8%	3.669	0,4%	4.480	0,4%	0,3%
12.P. Reino	2.190	2.880	1,8%	1,1%	-0,7%	92,9%	95,9%	50.547	5,2%	52.737	4,8%	-3,4%
Outros	8.756	10.485	7,1%	4,1%	-3,0%	100,0%	100,0%	193.103	19,8%	201.859	18,3%	-12,7%
Total	123.833	257.847	100%	100%				977.393	100,0%	1.101.227	100%	

Fonte: Pesquisa de Campo de 1999 e 2008, elaboração da autora.

b) Rendimentos do trabalho da família fora do estabelecimento e transferências governamentais

A renda do trabalho não agrícola tem duas fontes: trabalho exercido por membros da família fora do estabelecimento, em atividades rurais e não-rurais, e transferências do governo. No ano de 1999, ambos os grupos dependiam pouco de renda do trabalho fora do estabelecimento, menos o Grupo B que o A (respectivamente 0,4% e 0,9%). No que se refere à transferências governamentais, as aposentadorias e auxílios por doenças tinham participação expressiva na renda de ambos os grupos, também aqui menos no Grupo B (15,1% e bem mais no Grupo A (19,9%). De modo que, naquele ano, o Grupo B dependia expressivamente menos das rendas não rurais (15,5%) que o Grupo A (19,9%). Ou, observado de outro prisma, as transferências governamentais representavam em 1999 aproximadamente 20% da renda do Grupo A, 5 pontos percentuais a mais que o que significavam para o Grupo B.

Tabela 4 – Estrutura dos rendimentos não agrícola e de transferências governamentais (corrigidos para preços constantes de 2007 pelo IGP-FGV).

	Grupo B				Grupo A em 1999		Total em 1999	
	R\$		%		R\$	%	R\$	%
	1999	2008	1999	2008				
Agente Comunitário Saúde	0	4.980	0,0%	1,2%	0	0,0%	0	0,0%
Agente Serviço geral escola	0	6.000	0,0%	1,5%	0	0,0%	0	0,0%
Serviços rurais	581	2.400	0,4%	0,6%	5.814	0,5%	6.396	0,5%
Delegado Sindical	0	720	0,0%	0,2%	0	0,0%	0	0,0%
Salários	0		0,0%	0,0%	5.582	0,5%	5.582	0,4%
Trabalho Esposa	0	4.980	0,0%	1,2%	-	0,0%	0	0,0%
Sub-total Renda Trabalho não Rural	581	19.080	0,4%	4,6%	11.396	0,9%	11.978	0,9%
Aposentadoria	16.746	97.512	11,4%	23,7%	169.959	13,9%	186.705	13,6%
Auxílio Doença	5.349	4.956	3,7%	1,2%	73.460	6,0%	59.017	4,3%
Bolsa Família	0	15.396	0,0%	3,7%	0	0,0%	0	0,0%
Seguro Desemprego	0	1.520	0,0%	0,4%	0	0,0%	0	0,0%
Seguro Pesca	0	14.520	0,0%	3,5%	0	0,0%	0	0,0%
Total de Transferências	22.095	133.904	15,1%	32,6%	243.419	19,9%	265.514	19,4%
Total de Renda Rural	123.833	257.847	84,5%	62,8%	970.100	79,2%	1.093.934	79,8%
Total Rural e Não-Rural	146.510	410.831	100,0%	100,0%	1.224.916	100,0%	1.371.426	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo de 1999 e 2008. Elaboração da autora.

No ano de 2008, observam-se mudanças importantes na estrutura da renda do Grupo B: os rendimento do trabalho da família fora dos estabelecimentos passou a significar 4,6% e as transferências governamentais 32,6%. Ao par disso, houve uma importante diversificação nas fontes de rendimento do trabalho, onde além da prestação de serviços rurais a terceiros, cuja expressão praticamente se manteve (0,4% em 1999 e 0,6% em 2008), Membros das famílias camponesas desempenham, mediante remuneração, serviços públicos na área de saúde (que não existiam em 1999 e passaram a representar em 2008, 1,2% da renda do grupo), educação (1,5% em 2008) e organização sindical (0,2%).

A composição das transferências governamentais em 1999 estava dividida em somente aposentadorias e auxílios. Em 2008, esta estrutura se diversifica, agregando outras importantes transferências como o seguro pesca (representa 3,5% da renda) e a bolsa família (3,7%). As aposentadorias, por seu turno, que representavam em 1999 para o Grupo B 11,4% (e 13,9% para o Grupo A), passam a representar no ano de 2008 23,7%, dobrando seu significado.

Com tais movimentos, a renda provinda de fontes externas aos estabelecimentos passa a representar 37,2% do total da renda das famílias do Grupo B em 2008 – quando representaram, como se viu, 15,5% em 1999. Como uma redundância disso, a parcela derivada do trabalho rural nos estabelecimentos, que representavam 84,5%, passou a representar 62,8%.

Tabela 5 – Variação dos rendimentos do Grupo B entre os anos de 1999 e 2008 por tipo.

Tipos de renda	Grupo B (R\$)		Incremento (%)	
	1999	2008	Total	Anual (Taxa Geométrica)
Renda rural	123.833,44	257.846,90	108%	7,61%
Renda do trabalho fora do estabelecimento	581,45	19.080,00	3181%	41,78%
Transferências governamentais	22.094,99	133.904,00	506%	19,74%
Total de rendimentos (A)	146.509,88	410.830,90	180%	10,86%
Renda média por estabelecimento – (A/30)	4.883,66	13.694,36	180%	10,86%

Fonte: Pesquisa de Campo de 1999 e 2008. Elaboração da autora.

As variações na renda, a preços constantes, total e por família, do Grupo B foi considerável – 180% no total do período, ou 10,9% a.a. entre 1999 e 2008. Nesse meio tempo, a

renda média por família do Grupo B passa de R\$ 4.883,66 em 1999 (quando era substancialmente inferior a de R\$ 6.063,94 do Grupo A), para R\$ 13.694,36 em 2008.

Mas há diferenças entre os componentes da renda total, que observadas individualmente nos informam sobre as muitas e importantes mudanças nessa realidade: a renda propriamente rural, derivada do trabalho nos estabelecimentos, cresceu a 7,6% ao ano, ou 108% no total, representando o peso das mudanças na economia na qual os estabelecimentos estão inseridos; a renda do trabalho fora do estabelecimento multiplicou 32 vezes, um incremento anual de 41,8%, expressando um notável incremento de oportunidades na economia envolvente; as transferências do governo cresceram 506% (19% a.a), indicando mudanças importantes no contexto institucional.

4.1.2 Qualidade da Moradia

A qualidade da morada foi analisada a partir da estrutura da principal morada do agricultor e família, como construções, formas e fontes de acesso a água e a saneamento básico.

Para os trabalhadores do Grupo B em 2008, 93% das casas estão localizadas no lote, 3% estão na em área de concentração – as comunidades e 3% estão na cidade. As casas: 93% têm piso e paredes de madeira, 7% são casas de alvenaria, 3% têm piso de cimento e 3% têm piso de chão batido, 97% têm telhado de barro, e 3% têm cobertura de palha.

Em relação ao saneamento básico, 90% das casas utilizam como banheiro uma pequena casa de madeira que se localiza entre 15 a 20 metros de distância da morada, em geral localizada nos fundo, 3% possuem banheiro de alvenaria e somente 3% possuem porcelanato. As pequenas casas de madeira: 79% encontram-se em áreas que diariamente são alagadas pelas marés e 21% encontram-se em áreas não alagadas, sendo que 86% das casas de madeira possuem cercamento para os dejetos e 14% não possuem qualquer proteção.

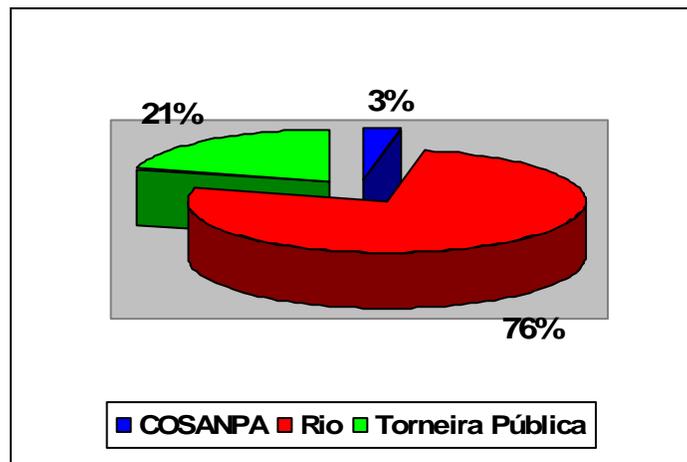


Gráfico 2 – Fontes de água para consumo e utilização na propriedade

Fonte: Elaboração da autora dados banco de dados das pesquisas de 1999 e 2008.

O acesso á água, 76% dos entrevistados utilizam o rio como principal fonte de água para consumo e utilização nas diversas atividades da propriedade, como cozinhas, limpar e lavar roupas, 21% tem como principal fonte de água para consumo as torneiras públicas, que se localizam nas comunidades ou utilizam água do centro urbano mais próximo e 3% têm acesso a água fornecida pela estrutura municipal – COSANPA.

As principais formas de tratamento da água consumida pelas famílias entrevistadas são: 55% coam a água consumida, em geral este coamento significa passar a água por uma pano ou tecido, 13% ferve e/ou utiliza hipoclorito, 17% utilizam filtros de barro, areia ou pedra, 7% não utilizam qualquer tratamento e 7% utilizam como fonte de água poço artesiano.

As principais fontes de energia destas famílias são: 41% utiliza motor com gerador, 41% utiliza lamparina, 13% utiliza bateria e 1% utiliza energia elétrica.

4.1.3 Aquisição de Bens de Consumo Duráveis e de Investimento

Em todo o período houve uma considerável acumulação de bens de consumo duráveis: no que destacam-se geradores de energia⁹, televisões, freezer, geladeira, máquina de costura e

⁹ Deve-se, aqui, chamar atenção para a contradição que representa o fato desta região ser ajuante a Unidade Hidrelétrica de Tucuruí porém, onde a maioria dos moradores das áreas de ilha não têm acesso a energia elétrica, a exemplo dos entrevistado, dentre os quais apenas 1% têm acesso a energia elétrica. A história da família do Sr. Francisco de Assis é emblemática, de todos os trabalhadores

máquina de lavar. (Gráfico 3), Destaque-se que entre 2003 e 2008 o valor acumulado desses bens pelas famílias do Grupo B multiplicou por 3.

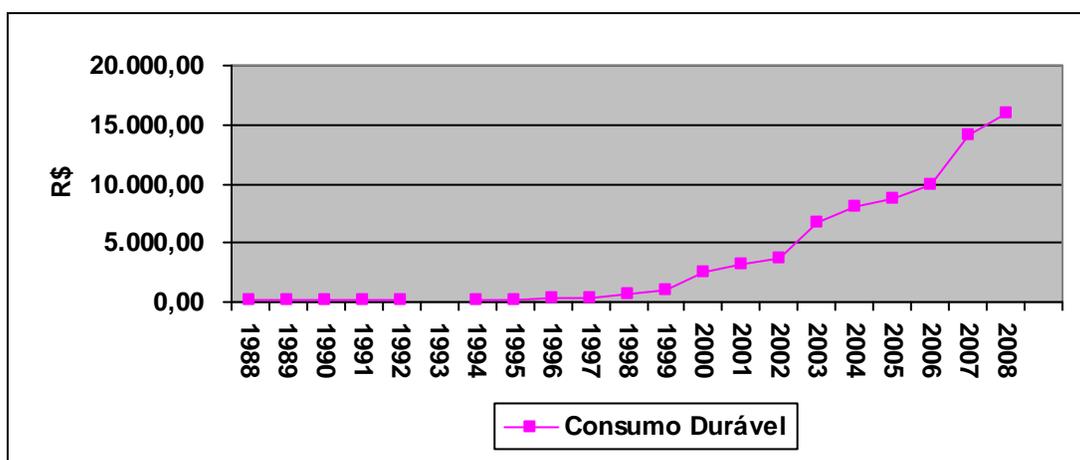


Gráfico 3 – Acúmulo de Bens de Consumo Duráveis

Fonte: Elaboração da autora dados banco de dados das pesquisas de 1999 e 2008.

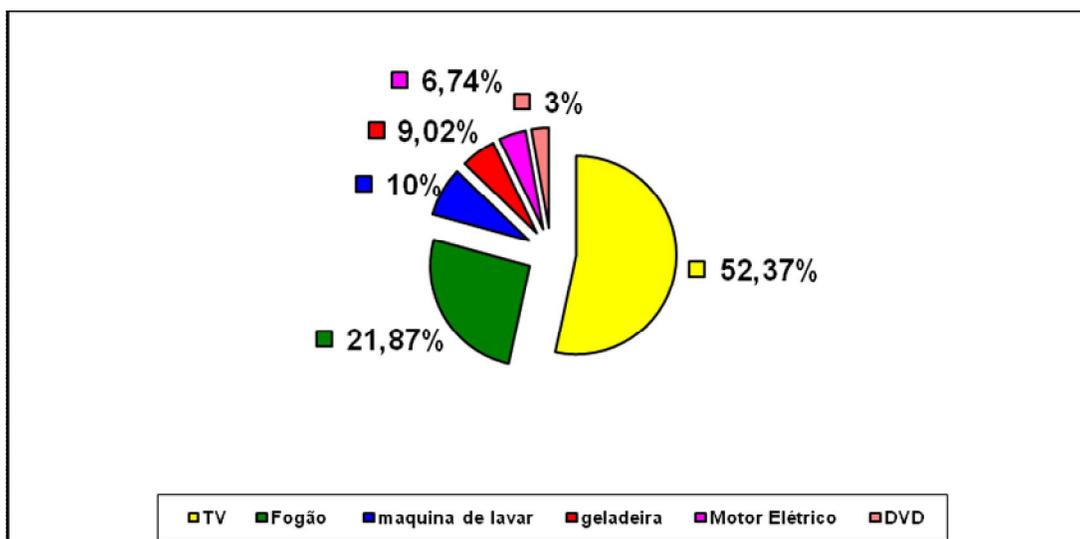


Gráfico 4– Preferências na Aquisição de Bens.

Fonte: Elaboração da autora dados banco de dados das pesquisas de 1999 e 2008.

entrevistados ele é o único que têm acesso à energia elétrica, com trajetória política importante, sindicalista e filiado a partido político, teve onze filhos, dos quais nove ainda moram com ele, durante a entrevista contou que nos últimos anos sofreu vários assaltos enquanto morava na propriedade, em um dos assaltos foi deixado como refém na sua própria casa, depois disso resolveu mudar-se e desde 2004 mora na cidade “porque acha que a cidade é mais segura”. Hoje ele e a família moram no Carapajó, pequeno centro urbano antes do centro municipal de Cametá. Em uma casa pequena de madeira, que ainda está construindo, trabalha em uma pequena oficina mecânica em frente a sua casa, sua esposa passou em concurso público de uma escola municipal local e trabalha como serviços gerais. Ainda mantém sua propriedade, porém “não há ninguém morando na casa”.

Os principais bens adquiridos pelas famílias são: televisão 52%, fogão 22%, máquina de lavar 10%, geladeira 9% e outros utensílios como motores elétricos e DVD 9%.

4.2 IMPLICAÇÕES PARA A CAPACIDADE DE PERMANÊNCIA

Resumidamente o conceito de capital é definido por muitos autores (Hintenberger *et al.* (1997); El Serafy (1991); (2003); Costanza; Daly (1992) *apud* Harte (1995) *apud* DENARDIN (2004)), estes autores definem capital como sendo aquele estoque de bens através do qual se pode produzir mais bens no futuro e o uso desses bens deveria aumentar o bem-estar da sociedade. Estes autores afirmam ainda que o estoque de capital de uma determinada sociedade é composto de quatro tipos específicos de capitais, o capital natural que seria a floresta, água, os minerais, etc., o capital manufaturado que seriam as máquinas, estradas, fábricas, o capital cultural que seria a visão de mundo, a ética, etc. e o capital cultivado que seriam as áreas reflorestadas, as plantações, etc.

A capacidade de permanência ou sustentabilidade das posições alcançadas foi associada aos acúmulos de capital físico, de capital natural, de capital humano e de capital social alcançado ao longo do período. O ponto de partida para uma capacidade de permanência sustentável passaria portanto pelas bases destes vários tipos de capitais, que juntamente com os fatores externos tornam possível uma análise holística das condições de vida dos trabalhadores, nas suas estratégias e suas mudanças ocorridas ao longo do tempo.

4.2.1 Estoque de Capital Físico Acumulado

Na economia o capital físico, pode ser classificado como capital manufaturado, e é conceituado como aquele produzido por meio da atividade econômica e das mudanças tecnológicas, constituídas através de interações entre os capitais natural e cultural (BERKES; FOLKE *apud* DENARDIN, 2004). Os estoques de capital físico acumulado pelos entrevistados foram principalmente os barcos a motor ou não, geradores e terrenos. Como os bens de consumo

duráveis, a aquisição de bens de capital cresceu notavelmente, multiplicando por 4 entre 1999 e 2008. Os bens de capital adquiridos representaram, acumulados, 5 vezes o acúmulo de bens de consumo durável.

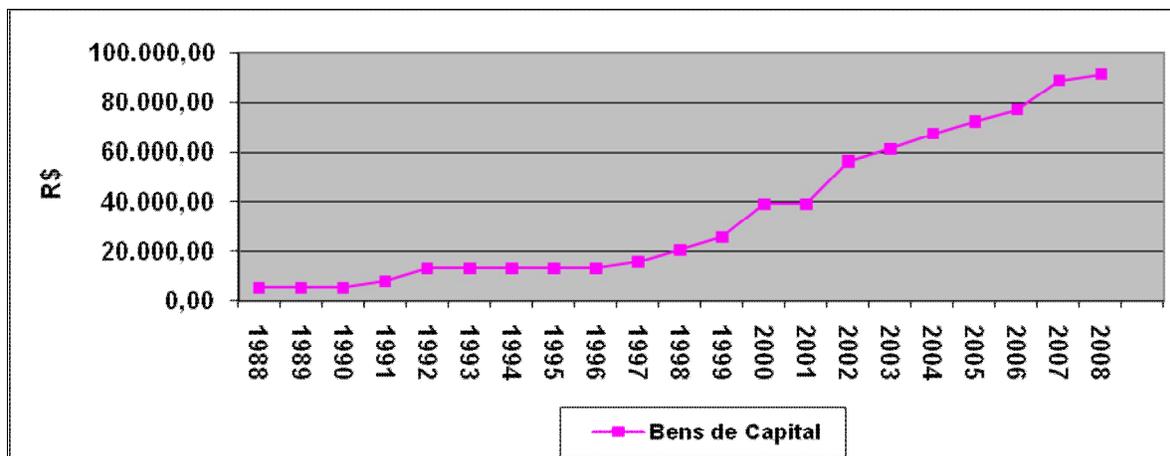


Gráfico 5– Acúmulo de Bens de Capital

Fonte: Elaboração da autora dados banco de dados das pesquisas de 1999 e 2008.

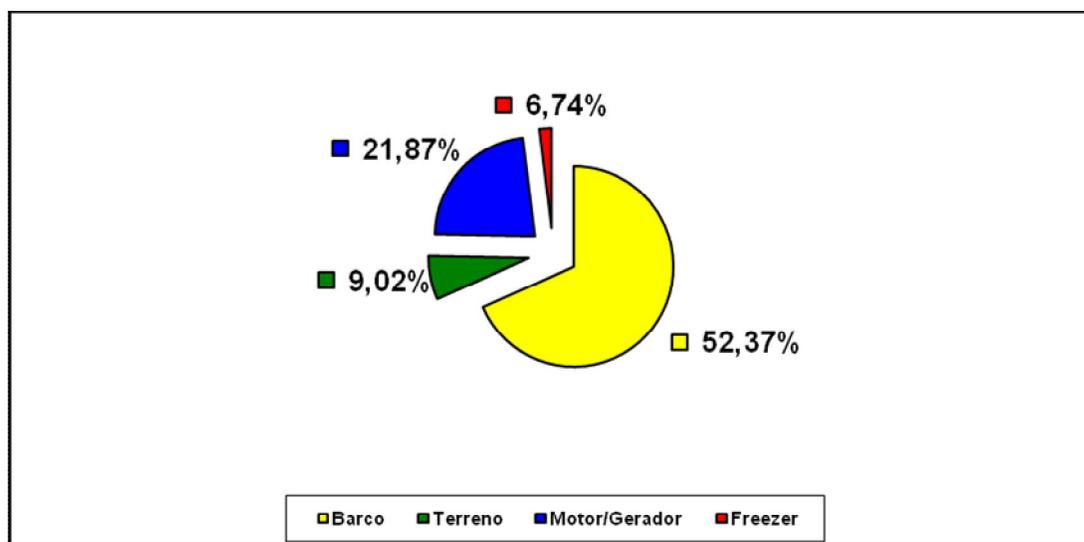


Gráfico 6– Itens de Bens de Capital Acumulado

Fonte: Elaboração da autora dados banco de dados das pesquisas de 1999 e 2008.

As preferências dos entrevistados no período entre 1999 a 2008: 52% s investiram seus recursos na compra de barco, 23% na compra de motor gerador, 9% na compra de terrenos e 7% na compra de freezer.

4.2.2 Infra-Estrutura para a Comercialização

A infra-estrutura para escoamento da produção em 2008 está assim estruturada, 51,06% dos produtores entrevistados entregam sua produção para atravessadores que pagam a vista, 23,40% vende sua produção diretamente para o consumidor na cidade utilizando como transporte suas embarcações, 19,14% vendem para cooperativas que fazem pagamento em até 3 dias após a entrega e 6,38% vende sua produção para associações de produtores. A princípio não houveram modificações consideráveis nesta estrutura para o período investigado, permanecendo as mesmas formas de transporte e comercialização feitos através de pequenas embarcações de madeira.

4.2.3 Estoque de Capital Social Acumulado

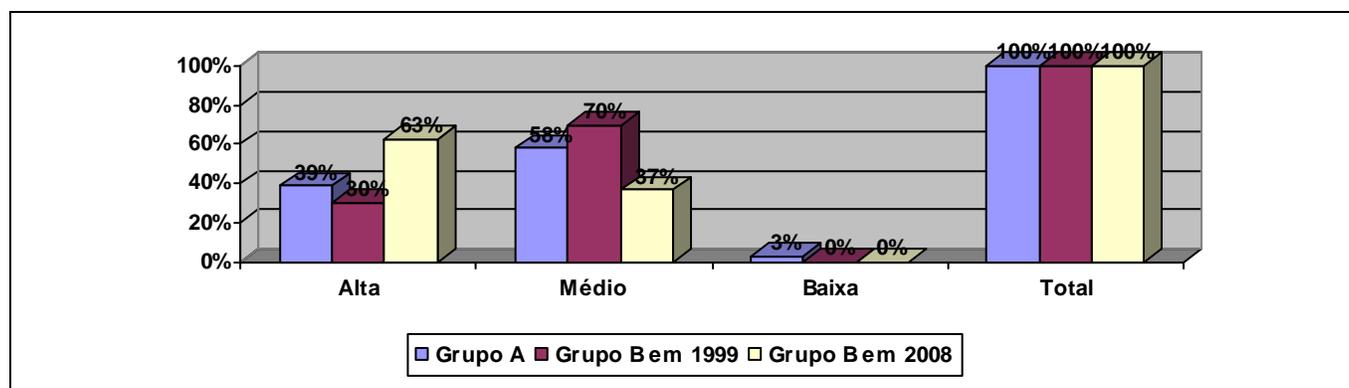


Gráfico 7 – Grau de Associação e Participação – Indicação de Capital Social

Fonte: Elaboração da autora dados banco de dados das pesquisas de 1999 e 2008.

O Capital Social está relacionado com a qualidade das relações entre as pessoas, as normas sócio-culturais existentes e as formas de apoio mútuo. Na economia é classificado como Capital Cultural, ou seja, são os recursos que suprem a sociedade humana com meios e adaptações para interagir com o ambiente natural e ativamente modificá-lo (DENARDIN, 2004).

Para analisar o estoque de capital social acumulado foram considerados três aspectos: a participação em organizações de classe, em organizações econômicas e em organizações políticas. Tanto na pesquisa de 1999 como na de 2008 foram verificadas as participações das famílias nesses três tipos de organização.

Considerou-se o estoque de capital social “alto” quando se constatou a participação dos entrevistados em três ou mais dessas organizações; “médio” quando a participação era em 1 ou 2 organizações e “baixo”, quando nenhuma organização foi citada.

Verifica-se (Gráfico 7) que o Grupo B, que em 1999 tinha 30% dos casos (para 39% no Grupo A) categorizados como de “forte” nível de enredamento e participação, em 2008 apresentava nada menos que 63% dos casos nessa condição um crescimento de mais que o dobro.

Não foram explorados dados suficientes para que se pudessem retirar conclusões relevantes sobre a participação dos entrevistados em redes de produção e comercialização, porém alguns estudos (SOARES, 2006) apontam para um importante processo de organização produtiva dos trabalhadores da região, em que se registrou a evolução no processo de comercialização do açaí da forma individualista e sem organização para uma forma coletiva, com preços mais justos e estáveis¹⁰.

Pode-se destacar a Forte participação destes trabalhadores em organizações sociais de forma geral, em especial a participação nos partidos políticos e associações. Quase todos os entrevistados estão associados a alguma organização social ou de representação, 70% estão

¹⁰ Desde 2000 está se desenvolvendo um processo de organização dos trabalhadores na microrregião de Cametá, envolvendo os municípios de Abaetetuba, Cametá, Igarapé-Miri e Barcarena tendo como principal eixo de união a comercialização do açaí. Destas discussões frutificou a criação em 2001 do consórcio fruticultor do Baixo Tocantins, através do qual os produtores conjuntamente passaram a comercializar o açaí em escala ampliada a preços melhores e mais estáveis. Em Cametá a organização que representa o município no consórcio é Cooperativa de Resistência de Cametá – CART , principal organização que comercializa açaí, a rede de organizações que fornece fruto para o consórcio através da CART é composta pelo STR – Cametá, Colônia de Pescadores Z-16 e Associação de Preservação do Meio Ambiente. Em 2003 o número total de famílias envolvidas no consórcio chegou a 919 nos três municípios.

vinculados a associações, 56% estão sindicalizadas e 40% estão ligadas a partido político. Estes dados podem evidenciar a importância que estes trabalhadores dão para participação em organizações sociais, isso se conforma com o importante histórico de luta e resistência da região (APACC, 2008).

Contudo, deve-se sublinhar que nas entrevistas não foram citados contratos formais de comercialização. Os contratos estabelecidos para o grupo de 43% dos entrevistados que estão associados à Cooperativa de Resistência de Cametá - CART é acordado verbalmente e consiste na distribuição de cotas para cada setor produtivo, proporcional a quantidade de produção declarada à cooperativa em levantamento prévio, os acordos são realizados em reuniões no conjunto de famílias de cada setor produtivo (a CART divide o município em três grandes setores, o setor de cima que são as comunidades ao sul do município, o setor de baixo que são os municípios de que ficam ao norte e o setor do meio onde ficam as comunidades no entorno da cidade de Cametá), que repassam as informações de produção à cooperativa, quando há demanda para comercialização do açaí, divide-se a quantidade total a ser comercializada por setor.

Houveram relatos, sobre problemas relacionados com a diferença de preço praticada pela cooperativa, em relação aos preços praticados pelos atravessadores, considerando que os atravessadores pagam à vista, e a cooperativa leva em média três dias para realizar o pagamento, há um certo “descontentamento” dos agricultores que acabam por preferir comercializar com o atravessador, já que “além de realizar pagamento na hora, não faz exigências” para a compra do fruto (para venda do açaí para a CART, são exigidos alguns cuidados na colheita, na debulha, na homogeneidade do fruto nos paneiros utilizados no transporte do fruto, etc.).

4.2.4 Aquisição de Conhecimento e Cultura

Foram considerados como aquisição de conhecimento e cultura a participação dos membros da família nos diferentes tipos de organizações sociais, como associações, escolas cooperativas, partidos políticos e sindicatos. Não foram detectados dados suficientes para retirar conclusões sobre a forma e o tempo destinado a participação nas organizações, somente se pôde saber qual a periodicidade da participação.

Todas as 30 famílias entrevistadas nas 16 comunidades têm acesso à escolas, sendo que 46% são escolas de ensino fundamental, 26% são escolas de 1º grau e 26% são escolas de ensino integrado de jovens e adultos – EJA. Há centros comunitários em 100% das comunidades e 83% das famílias entrevistadas participam semanalmente de atividades nos centros comunitários, e 13% não participam dos centros comunitários.

Para análise qualitativa dos dados de participação das famílias nos diferentes tipos de organizações sociais, foram consideradas como Forte a participação das famílias em 3 ou mais formas de cooperação, associação e representação; Médio a participação em no mínimo em 1 e no máximo em 2 e Fraco a não participação em qualquer forma de organização.

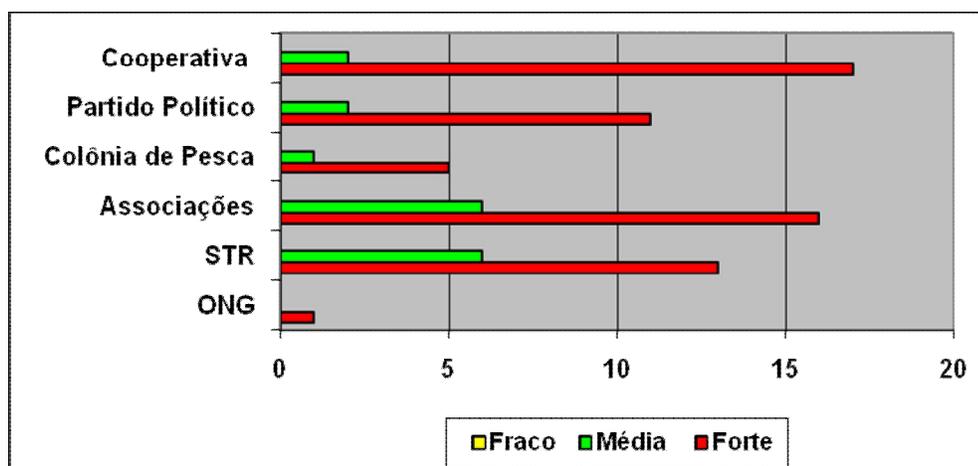


Gráfico 8 – Nível de Participação em Organizações Sociais no Grupo B

Fonte: Elaboração da autora dados banco de dados das pesquisas de 1999 e 2008.

Entre os entrevistados 70% participam de alguma associação, e 30% não participa de nenhuma associação, as principais associações encontradas forma: Associação de Casas Familiar Rural - ACARFAR, Associação de Ilhas (criada por algumas comunidades para acesso ao FNO), Associação de Mulheres em Ação do Paruru, Associação de ribeirinhos de Cameté,

Associações do INCRA¹¹ e Movimento de Atingidos por Barragem – MAB. Destaca-se que esta expressiva participação em formas associativa entre os entrevistados pode estar associada ao processo recente de formação das associações do INCRA, em virtude do processo regularização fundiária através da cessão de uso das áreas de várzea promovido pelo INCRA. Na região de ilhas do município de Cametá, o que deu origem a criação de várias associações por grupo de ilhas.

As outras participações em organizações sociais são: 56,6% das famílias entrevistadas estão associadas a Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá – STR Cametá, 23% está associado a colônia de pescadores, 40% está associado ao Partido dos Trabalhadores – PT e 43% está associado a algumas cooperativa, sendo que a frequência desta participação é de pelo menos uma vez ao ano. Entre os que participam de alguma organização social 26,6% exercem algum cargo na organização em que participa, os principais cargos são de conselheiro fiscal, coordenador de comunidade, coordenador de batismo, delegado sindical e diretor suplente.

4.2.5 O Estado do Capital Natural Disponível

O estado do capital natural refere-se aos recursos naturais renováveis ou não-renováveis, disponíveis ao trabalhador como floresta, biodiversidade, fauna, etc. Para a economia o capital natural é o estoque que permite o fluxo de recursos naturais (DALY *apud* DENARDIN, 2004), são os ativos ambientais, que por sua vez considerado sua qualidade, torna-se pré-condição para o bem-estar da sociedade humana e sua sustentabilidade (O'CONNOR *apud* DENARDIN, 2004). Os autores destacam a função fundamental de suporte das e paras as atividades humanas que o capital natural exerce.

Ainda sob a visão econômica, considera-se como principal característica do capital natural a sua capacidade auto-regenerativa, que é afetada diretamente pela intensidade da exploração, podendo incluso levar os recursos à exaustão. Um componente importante do capital natural são os "serviços ambientais" que estes podem propiciar à sociedade. A disponibilidade

¹¹ As associações do INCRA, foram criadas por estímulo do órgão de regularização fundiária, que desde 2007 vem desenvolvendo uma políticas de reforma agrária na região de ilhas de cametá, através da cessão de uso das terra de várzea para associações comunitárias.

quantitativa e qualitativa de capital natural pode despertar interesses econômicos, sociais e ambientais, uma vez que estes disponibilizam funções ecossistêmicas que por sua vez disponibiliza bens e serviços indispensáveis para a sobrevivência das espécies humana e não-humanas, no presente e no futuro (DENARDIN, 2004).

A esse respeito, um fato a indicar é que entre 1999 e 2008, observou-se uma simplificação dos sistemas produtivos, com diminuição de cerca de 32,50% nas variedades de cultura dos sistemas de produção do Grupo B. Esta simplificação pode estar associada à intensificação do cultivo, com destaque para o crescimento da produção do açaí, que aumentou sua participação em 5,5 pontos percentuais.

Destaca-se a diminuição da pesca extrativa, que pode estar associada aos problemas gerados com a construção da UH de Tucuruí. Muitos relatos dos agricultores sobre a escassez do pescado e problemas relacionados com a água que “desce” da barragem, com coloração esverdeada e com odor desagradável. É visível também grande processo de assoreamento dos rios, muitos agricultores relataram que cresceu a quantidade de “praias” e muitos rios não podem ser navegados quando está na “vazante”.

Tabela 6 – Estrutura da Produção dos Diferentes Grupos Pesquisados em 1999 e 2008.

Produtos	Valores Absolutos			Valores Relativos				Variação Relativa			Valores Relativos Acumulados				
	Grupo B Em 1999	Grupo A Em 1999	Total Em 1999	Grupo B Em 2008	Grupo B Em 1999%	Grupo A 1999%	Total Em 1999%	Grupo B Em 2008%	Variação em pontos %	Variação Positiva	Variação Negativa	Grupo B Em 1999% Acumulado	Grupo A Acumulado	Total Em 1999% Acumulado	Grupo B Em 2008% Acumulado
Açaí	64.759,67	126.516,00	191.275,67	149.050,00	52,3%	12,9%	17,4%	57,8%	5,5%	5,5%		52,3%	12,9%	17,4%	57,8%
Manga	10.183,08	39.074,40	49.257,48	18.266,67	8,2%	4,0%	4,5%	7,1%	-1,1%		-1,1%	60,5%	16,9%	21,8%	64,9%
Porco	9.411,65	42.499,67	51.911,32	13.310,00	7,6%	4,3%	4,7%	5,2%	-2,4%		-2,4%	68,1%	21,3%	26,6%	70,1%
Peixe	6.214,87	37.767,64	43.982,52	10.626,00	5,0%	3,9%	4,0%	4,1%	-0,9%		-0,9%	73,1%	25,2%	30,6%	74,2%
Galinha	3.179,22	37.355,09	40.534,30	9.450,00	2,6%	3,8%	3,7%	3,7%	1,1%	1,1%		75,7%	29,0%	34,2%	77,8%
Banana	1.660,17	9.401,49	11.061,66	9.202,00	1,3%	1,0%	1,0%	3,6%	2,2%	2,2%		77,0%	29,9%	35,2%	81,4%
Cacau	904,89	18.580,37	19.485,26	8.779,07	0,7%	1,9%	1,8%	3,4%	2,7%	2,7%		77,8%	31,8%	37,0%	84,8%
Farinha	14.915,86	405.459,02	420.374,88	6.960,00	12,0%	41,5%	38,2%	2,7%	-9,3%		-9,3%	89,8%	73,3%	75,2%	87,5%
Camarão	846,59	13.395,76	14.242,35	6.788,00	0,7%	1,4%	1,3%	2,6%	1,9%	1,9%		90,5%	74,7%	76,5%	90,1%
Jambo	-	24,03	24,03	6.250,00	0,0%	0,0%	0,0%	2,4%	2,4%	2,4%		90,5%	74,7%	76,5%	92,6%
Andiroba	811,12	3.669,32	4.480,44	5.800,50	0,7%	0,4%	0,4%	2,2%	1,6%	1,6%		91,2%	75,1%	76,9%	94,8%
PimDoReino	2.190,12	50.547,21	52.737,33	2.880,00	1,8%	5,2%	4,8%	1,1%	-0,7%		-0,7%	92,9%	80,2%	81,7%	95,9%
Pupunha	310,11	4.351,16	4.661,27	2.296,00	0,3%	0,4%	0,4%	0,9%	0,6%	0,6%		93,2%	80,7%	82,1%	96,8%
Pato	3.134,93	21.879,37	25.014,30	2.275,00	2,5%	2,2%	2,3%	0,9%	-1,6%		-1,6%	95,7%	82,9%	84,4%	97,7%
Palmito	503,92	16.601,09	17.105,01	1.877,17	0,4%	1,7%	1,6%	0,7%	0,3%	0,3%		96,1%	84,6%	85,9%	98,4%
Limão	155,72	1.116,73	1.272,45	1.800,00	0,1%	0,1%	0,1%	0,7%	0,6%	0,6%		96,2%	84,7%	86,0%	99,1%
Ingá	96,91	29,07	125,98	413,33	0,1%	0,0%	0,0%	0,2%	0,1%	0,1%		96,3%	84,7%	86,0%	99,3%
Laranja	259,71	4.329,26	4.588,97	316,67	0,2%	0,4%	0,4%	0,1%	-0,1%		-0,1%	96,5%	85,2%	86,5%	99,4%
Goiaba	65,90	182,96	248,86	312,50	0,1%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%		96,6%	85,2%	86,5%	99,5%
Cupuaçu	823,81	7.038,05	7.861,86	272,00	0,7%	0,7%	0,7%	0,1%	-0,6%		-0,6%	97,3%	85,9%	87,2%	99,6%

Continua...

Muruci	113,50	1.938,16	2.051,66	240,00	0,1%	0,2%	0,2%	0,1%	0,0%	0,0%	97,3%	86,1%	87,4%	99,7%
Acerola	54,27	651,22	705,49	240,00	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	97,4%	86,2%	87,4%	99,8%
Abacaxi	3,14	386,27	389,41	236,00	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	97,4%	86,2%	87,5%	99,9%
Caju	113,38	1.018,95	1.132,34	156,00	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	97,5%	86,3%	87,6%	100,0%
FrutaPão	46,52	29,07	75,59	50,00	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	97,5%	86,3%	87,6%	100,0%
Madeira	242,27	34.301,40	34.543,67		0,2%	3,5%	3,1%	0,0%	-0,2%	-0,2%	97,7%	89,8%	90,7%	100,0%
Tapioca	-	28.704,10	28.704,10		0,0%	2,9%	2,6%	0,0%	0,0%		97,7%	92,8%	93,3%	100,0%
Arroz	296,54	20.063,28	20.359,81		0,2%	2,1%	1,8%	0,0%	-0,2%	-0,2%	98,0%	94,8%	95,2%	100,0%
Milho	1.011,72	11.826,92	12.838,64		0,8%	1,2%	1,2%	0,0%	-0,8%	-0,8%	98,8%	96,0%	96,4%	100,0%
Café	13,45	7.007,46	7.020,91		0,0%	0,7%	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%	98,8%	96,8%	97,0%	100,0%
Ovo	802,98	5.956,63	6.759,61		0,6%	0,6%	0,6%	0,0%	-0,6%	-0,6%	99,4%	97,4%	97,6%	100,0%
Boi	-	3.333,63	3.333,63		0,0%	0,3%	0,3%	0,0%	0,0%		99,4%	97,7%	97,9%	100,0%
CocoDaBaia	325,61	2.360,33	2.685,94		0,3%	0,2%	0,2%	0,0%	-0,3%	-0,3%	99,7%	98,0%	98,1%	100,0%
Goma	-	2.217,25	2.217,25		0,0%	0,2%	0,2%	0,0%	0,0%		99,7%	98,2%	98,4%	100,0%
Abacate	-	2.210,61	2.210,61		0,0%	0,2%	0,2%	0,0%	0,0%		99,7%	98,4%	98,6%	100,0%
carvao	-	2.203,68	2.203,68		0,0%	0,2%	0,2%	0,0%	0,0%		99,7%	98,6%	98,8%	100,0%
Peru	-	2.093,21	2.093,21		0,0%	0,2%	0,2%	0,0%	0,0%		99,7%	98,8%	98,9%	100,0%
CastDoPará	18,84	1.731,70	1.750,54		0,0%	0,2%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	99,7%	99,0%	99,1%	100,0%
Bacuri	77,53	1.659,06	1.736,59		0,1%	0,2%	0,2%	0,0%	-0,1%	-0,1%	99,8%	99,2%	99,3%	100,0%
Melancia	-	1.566,03	1.566,03		0,0%	0,2%	0,1%	0,0%	0,0%		99,8%	99,4%	99,4%	100,0%
Maxixe	-	779,14	779,14		0,0%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%		99,8%	99,4%	99,5%	100,0%
Mel	118,79	572,11	690,90		0,1%	0,1%	0,1%	0,0%	-0,1%	-0,1%	99,9%	99,5%	99,5%	100,0%
Feijão	50,39	606,64	657,04		0,0%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	99,9%	99,6%	99,6%	100,0%
CupuaçuPolpa	31,01	622,34	653,35		0,0%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	99,9%	99,6%	99,7%	100,0%
Fumo	-	581,45	581,45		0,0%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%		99,9%	99,7%	99,7%	100,0%
CastDeCaju	15,51	503,15	518,65		0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	99,9%	99,7%	99,8%	100,0%

Continua...

bacuri/polpa	-	465,16	465,16	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	99,9%	99,8%	99,8%	100,0%	
Lima	-	407,01	407,01	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	99,9%	99,8%	99,8%	100,0%	
Bacaba	-	372,13	372,13	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	99,9%	99,9%	99,9%	100,0%	
Bode	-	348,87	348,87	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	99,9%	99,9%	99,9%	100,0%	
Uxi	-	274,57	274,57	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	99,9%	99,9%	99,9%	100,0%	
Piquiá	23,26	145,36	168,62	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	99,9%	99,9%	100,0%
Jaca	-	96,91	96,91	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	99,9%	99,9%	100,0%	
Graviola	-	94,00	94,00	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Ucuuba	34,89	58,14	93,03	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Tangerina	-	91,44	91,44	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Tomate	-	77,53	77,53	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Mamão	11,63	46,52	58,14	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Abóbora	-	48,36	48,36	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Quiabo	-	38,38	38,38	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Macaxeira	-	34,89	34,89	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
maracujá	-	29,07	29,07	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
urucu	-	19,38	19,38	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
pepino	-	3,88	3,88	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
abiu	-	-	-	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
araçá	-	-	-	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
biribá	-	-	-	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Gergelim	-	-	-	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
mari	-	-	-	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Umari	-	-	-	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Elaboração da autora dados banco de dados das pesquisas de 1999 e 2008.

A renda provinda do trabalho na terra foi analisada a partir da produção da família, seja ela direta ou indiretamente realizada pelo produtor. Foram enumerados os principais produtos existentes nas propriedades, utilizando como base o que a família declarou na pesquisa no ano de 1999 e na pesquisa no ano de 2008.

De forma geral observado a variação da diversidade da produção no período de 1999 para 2008 no Grupo B, constatou-se que houve a diminuição de 32,50% na quantidade de produtos na propriedade. Em 1999 a média de produtos em cada propriedade era de 40 tipos (abacaxi, açaí, acerola, andiroba, arroz, bacuri, banana, cacau, café, caju, camarão, castanha-do-pará, castanha de caju, coco, cupuaçu, polpa de cupuaçu, farinha, feijão, fruta pão, galinha, goiaba, ingá, jambo, laranja, limão, madeira, mamão, manga, melancia, miriti tala, muruci, ovo, palmito, pato, peixe, pimenta do reino, piquiá, porco, pupunha, ucuuba) em 2008 a média é de 27 produtos para este grupo. Não são mais produzidos, ou produzidos em escala insignificante pelos agricultores entrevistados os seguintes produtos (arroz, bacuri, café, castanha de caju, castanha do pará, coco, cupuaçu polpa, feijão, mamão, melancia, ovo, piquiá, ucuuba).

Essa diminuição da variação de produtos no Grupo B pode estar relacionada com a ênfase em outras produções, observou-se variação positiva no período nas produções de: açaí 5,5%, galinha 1,1%, banana 2,2%, cacau 2,7%, camarão 1,9%, jambo 2,4%, andiroba 1,6%, outros produtos como pupunha, palmito, limão, ingá, goiaba e abacaxi obtiveram variação positiva menor que 1%. Outros produtos obtiveram variação negativa como a manga -1,1%, porco -2,4%, farinha -9,3%, pato -1,6%.

4.3 PROPENSÃO À MUDANÇA E RISCOS ENVOLVIDOS: UMA DIGRESSÃO SOBRE OS RESULTADOS

As relações estabelecidas entre a diversidade produtiva originária da estrutura camponesa de produção e as pressões exercidas pelo mercado sobre esta estrutura em direção a uma homogeneização, puderam ser analisadas a partir da decomposição da própria estrutura camponesa nas esferas da produção e do consumo da família. As decisões relativas ao que produzir são consideradas nas unidades entre esfera do consumo e esfera da produção da família – disso derivam suas estratégias de reprodução.

Estas famílias fazem suas escolhas de investimento a partir do cálculo entre o risco de perdas e desestruturação familiar e as possibilidades de garantir a reprodução da família.

A avaliação de eficiência para os camponeses é feita a partir da combinação entre as possibilidades de ganho ao investir em determinado ativo e os riscos que esta família poderá suportar. Nisso desempenha papel importante resiliência dos sistemas produtivos.

A diversidade produtiva neste cálculo propiciaria a redução do risco, ou seja, a flutuação positiva de um ativo pode compensar a flutuação negativa de outro ativo, sem que esta família corra maior risco de instabilidade - o que pode propiciar para a família maior segurança e maior garantia de estabilidade no padrão de consumo das unidades familiares.

Então, em que medida o processo de “sedução” do mercado sobre as famílias empurra a produção camponesa do açaí para um processo de homogeneização, se sua tendência originária é de preservação da diversidade?

A família campesina busca continuamente um equilíbrio entre os constrangimentos internos e externos ligados a sua função produtiva e reprodutiva. Os constrangimentos internos da família estão diretamente relacionados com necessidade de se reproduzir, que por sua vez, se liga com as disponibilidades que

cada família dispõe em termos dos fatores ligados a natureza produtiva, ou seja, o que ela dispõe de terra, de trabalho, de atributos da terra como biodiversidade, solo, acesso a água, etc (capital natural + capital físico + capital social). Os constrangimentos externos vão desde as políticas econômicas mais gerais para a agricultura, como financiamentos, políticas de incentivo e ou proteção, o acesso ou não as tecnologias mecânica, química, genética, ou a quantidade e diversidade de empresas que compram seus produtos no território.

A busca de garantir este padrão de reprodução faz com que as famílias adotem diferentes soluções. A adoção dessas soluções é mediada pelos constrangimentos internos de cada unidade familiar que para manter seu equilíbrio, pode intensificar o volume de trabalho, por exemplo, para cada membro da família até seu limite, pode intensificar o uso das áreas disponíveis no seu capital natural e dependendo da necessidade esta família pode passar a utilizar recursos externos como insumos químicos, novas tecnologias, sementes modificadas, entre outros.

Ao estabelecer uma relação com os recursos externos na produção, a família camponesa entra em uma relação direta com o mercado, onde para se determinar os preços de seus produtos necessariamente ela terá que considerar os preços dos insumos externos consumidos, o valor de mercado do produto, etc. Nesse momento se estabelece então uma co-determinação do mercado sobre os preços dos produtos, ou seja, nessa relação à variação dos preços dos produtos camponeses acaba por se determinar em grande parte do pelo grau de inserção dos mercados e/ou o grau de utilização de insumos que cada unidade faz, que por sua vez, é determinado pelo mercado, fica estabelecido neste sentido, um certo controle do mercado sobre os produtos e preços praticados pelos camponeses.

Algumas teorias¹² indicam que dependendo do contexto de pressão e equilíbrio os camponeses em geral podem adotar duas posturas: uma muito conservadora, e outra muito agressiva. Quando as famílias estão próximas da função

¹² Esta perspectiva teórica foi absorvida na disciplina optativa Desenvolvimento regional de base primária: fundamentos teóricos e métodos de análise ministrada pelo Prof. Francisco Costa aos alunos de mestrado e doutorado do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos –NAEA no anos de 2006.

de equilíbrio interno, em geral elas adotam uma postura mais conservadora, muito ligada a sua tendência originária de manter a diversidade, não altera padrões de produção, porque não tem razão para mudar. Porém se a família está por algum motivo em situação de crise, ela pode se portar de maneira inovadora e até certo sentido irracional, porque há internamente a necessidade garantir sua reprodução, portanto acaba por fazer investimentos nos mais diversos campos, como em mecânica, química, em novas produções, em intensificação de produções, etc.

Neste sentido a opção da unidade familiar camponesa entre especializar ou diversificar a produção está fundamentalmente na análise dos riscos e das potencialidades de reprodução de cada família, no sentido de garantir um certo padrão de reprodução. É essa racionalidade que organiza a forma de vida camponesa e sua propensão à mudança.

A hipótese inicial do estudo era a de que os efeitos negativos das demandas crescentes pela comercialização do açaí seriam mais importantes que os efeitos positivos, para a maioria dos camponeses.

Os efeitos negativos devem ser compreendidos como aqueles fatores em que os camponeses “diminuem” ou “pioram” as condições de reprodução da família, ou seja, para que a família mantenha seu padrão de reprodução ela intensifica o uso da sua capacidade de trabalho dos membros da família, intensifica o uso dos recursos naturais disponíveis, etc. Os efeitos positivos seriam então a “melhora” na condição de reprodução da família, ou seja, menor penosidade no trabalho, melhor qualidade nas condições de vida da família, redução da instabilidade no padrão de consumo que é neste sentido manutenção da diversidade produtiva, etc.

Observou-se então que, a curto e médio prazo os efeitos positivos são significativos já que as famílias obtiveram um crescimento significativo nos seus rendimentos, tanto ligado a comercialização do açaí quanto ao aumento das transferências governamentais, além do crescimento do trabalho não agrícola (na estrutura da renda do Grupo B os rendimentos do trabalho não agrícola passaram de

0,4% para 4,6%, as transferências governamentais passaram de 15% para 32,6%). Por outro lado há uma diminuição significativa na fonte de rendimento ligado ao trabalho agrícola (a parcela derivada do trabalho rural nos estabelecimentos, que representavam 84,5% em 1999, passou a representar 62,8% em 2008).

Parece, porém, estar havendo mudanças importantes a longo prazo, nos fundamentos da produção das famílias, com intensificação da produção de poucas culturas (os cinco mais importantes produtos, que representavam 75,7% do total da produção em 1999, passaram a representar em 2008 77,9%) como o açaí (que aumento de 5,5 pontos percentuais, representando 58% da renda rural dos estabelecimento pesquisados) em detrimento da diversificação (diminuição de 32,50% na quantidade de produtos nas propriedades), por conseguinte, simplificação dos sistemas produtivos.

Isso pode interferir na capacidade de manutenção do padrão de consumo da família na medida em que estas passam a necessitar mais de insumos e produtos externos a sua produção, atrelando-se neste sentido cada vez mais ao mercado.

Os efeitos positivos então parecem estar muito mais ligados aos benefícios de curto prazo trazidos pelos benefícios financeiros da comercialização e aporte do Estado. Os efeitos negativos por outro lado podem ser visualizados a longo prazo com deterioramento do capital natural, fonte principal da reprodução familiar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As características da microrregião de Cametá e a histórica relação que as populações locais têm com a natureza ali encontrada, tornou estes trabalhadores especialistas na produção agroextrativista, em especial na produção do açaí. Ao longo da última década observou-se na região um crescimento significativo de demandas pela produção e principalmente comercialização do fruto, que tem acarretado um maior investimento na produção do fruto tanto pelos produtores quanto pelas organizações e empresas locais.

Observou-se um significativo crescimento dos rendimentos das famílias, resultado do aumento da comercialização, que não está isolada e se associa a ao crescimento das rendas provindas das atividades não agrícolas e também do crescimento e diversificação das transferências governamentais a exemplo do seguro pesca e da bolsa família, transferências estas antes inexistentes.

As preferências de investimento das famílias foram por bens de investimentos básicos para sua condição rural, como barcos, motor gerador, terrenos. Houve também, porém em menor escala, investimento em bens de consumo duráveis como TV, fogão, máquina de lavar, geladeira, etc.

No que diz respeito a estrutura para a qualidade de vida, como saneamento básico, acesso a água, fonte de energia e acesso a educação, as condições da população local não teve modificações consideráveis, 100% deles continuam sem acesso a saneamento básico, três quartos dos entrevistados utiliza como principal fonte de água o rio, apenas 1% deles utiliza energia elétrica advinda de estações e mais de 70% das comunidades tem acesso somente ao ensino fundamental.

Destaca-se a forte participação dos trabalhadores em organizações sociais tanto associativas quanto de representação, como sindicatos e partidos políticos. Este fato pode estar associado a um bom capital social, fruto do histórico de luta e

resistência da região, que nasceu no processo de luta pelo reconhecimento da classe enquanto protagonistas na produção de alimentos, e de luta pelo acesso ao crédito.

As relações dos trabalhadores junto a representações produtivas podem estar sendo enfraquecidas principalmente pelas dificuldades de estabelecimento pelas organizações produtivas como as cooperativas, uma relação de investimento e benefício para além da simples comercialização do fruto, em direção de uma visão mais integral dos produtores, na luta pelas suas diversas dificuldades com já constatado em outros estudos.

Portanto e considerando os diferentes aspectos investigados no que se refere aos efeitos positivos e negativos das crescentes demandas pelo açaí na microrregião, pode-se afirmar que há sim, em uma visão de curto prazo, um processo de crescimento no incremento da renda dos trabalhadores advinda destas crescentes demandas, porém este incremento ao pode ser analisado isoladamente, ele se liga ao crescimento das atividades não agrícolas e ao crescimento das transferências governamentais.

Essa dinamização do comércio do fruto na região parece não estar sendo acompanhada de investimentos por parte do Estado, na oferta de infra-estrutura mínima, no controle e regulação do mercado e no incentivo ao desenvolvimento que possa ser considerado equitativo e sustentável.

As mudanças ocorridas na microrregião de Cametá precisam ser compreendidas fundamentalmente pelas modificações nas bases e formas de uso social dos recursos naturais em uma visão de longo prazo. Estas modificações acabaram por serem construídas por sobre as condições materiais, organizacionais e cognitivas das famílias.

Neste sentido, estas mudanças têm implicado em um reequacionamento das múltiplas dimensões que envolvem a produção familiar rural, e a tensão permanente entre os ganhos e os custos da especialização, que coloca em pauta a necessidade de

se pensar como se pode estabelecer a manutenção da qualidade do capital natural e físico associados com a melhoria do bem-estar humano.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo**. FEA e PROCAM/USP. 2000.

APACC. **Na Trilha do Anilzinho: resistência e multiplicação de conhecimentos agroecológicos na região do baixo Tocantins – Pará**. 1ª Ed. Belém. 2008.

ARNEGGER, Michel. *et al.*. Intercambios estudiantiles en la Amazonía: resultados y experiencias de los dos primeros años del Programa de Intercambio y Colaboración Amazónica de la Iniciativa Amazónica y la UNAMAZ. SOARES, Luciane. **Cielos e produtos amazônicos: agroextrativismo de pequenos produtores de açaí (Euterpea precatória) no norte amazônico boliviano**. Belém, 2007.

BONNAL. Phillipe, et al. Multifuncionalidad de la agricultura y nueva ruralidad: ¿reestructuración de las políticas públicas a la hora de la globalización? En Desarrollo Rural y Nueva Ruralidad en América Latina y la Unión Europea. GRAMMONT. Hubert, **El Concepto de nueva ruralidade**. Bogotá Editorial Pontífica Universidad Javeriana; Consejo latino-americano de Ciencias Sociales, 2004.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade**: novas identidades em construção. In: *ESTUDOS Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro: CPDA 1998: p. 53-75.

CARVALHO, Horácio Martins (org). HEBETTE, Jean. **O campesinato paraense**. Campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 165-209.

CORREA, Edelmira Pérez. QUIJANO, María Adelaide Farah. GRAMMONT, Hubert Carton. **La nueve ruralidade en América Latina**: Avances teóricos y evidencias empíricas. 1ª ed. Bogotá. Ed. Pontífica Universidad Javeriana, Consejo Latino-americano de Ciencias Sociales, 2008.

COSTA, Francisco de Assis. et al. **A cultura do açaí no Brasil e no Pará**: aspectos estruturais de produção e mercado. Belém. ADS/Amazônia, 2003.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação agropecuária da Amazônia**. Os desafios do Desenvolvimento Sustentável. Cap. II Campesinato e Fronteira: percepções e realidade na primeira metade dos anos oitenta. Belém: NAEA/UFPA, 2000.

COSTA, Francisco de Assis. O açaí nos padrões de reprodução de camponeses agrícolas do Nordeste paraense: os casos de Capitão poço e Irituia. **Paper NAEA**, Belém: NAEA/UFPA, n. 76, 1997.

COSTA, Francisco de Assis; INHETVIN, Tomas. **A agropecuária na economia de várzea do rio Solimões/Amazonas**: diagnóstico e perspectiva. PROVARZEA. 2005.

COSTA, Francisco de Assis; **Ecologismo e questão agrária na Amazônia**. Serie Estudos SEPEQ/NAEA, Belém, 1992.

_____. O investimento na economia Camponesa: considerações teóricas. **Revista de Economia Política**, v. 15, n. 1, 1995.

_____. Questão agrária e macropolíticas para a Amazônia. **Estudos Avançados 53**. Dossiê Amazônia Brasileira. Rio de Janeiro, v. 19. n. 53, 2005.

DENARDIN, Valdir Frigo. MAY, Peter Herman. **De capital natural a capital natural crítico: a aplicação da matriz de deliberação na gestão participativa dos recursos hídricos no Oeste Catarinense**. Tese (Doutorado) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, 2004.

DENARDIN, Valdir Frigo. SULZBACH, Mayra Taiza. **Capital Natural na Perspectiva da Economia**. ANPPAS.[20??].

DRUMMOND, José Augusto. **A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira: vantagens, obstáculos e perspectivas**. Paper “Interdepartamental Seminar in the Latin American Area”, na University of Wisconsin, Madison, 1992. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 6, julho 1996: 115-137.

FLEXOR, Georges Gerard. **A modernização forçada da agricultura brasileira**. *Les Transformations de l’Agriculture Brésilienne*, editado pela *École de Hautes Études en Sciences Sociales*. Tese (Doutorado) Maria Beatriz de Albuquerque David. *Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain – Paris*. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 12, abril 1999: 189-193.

GOODMAN, David; et al. **Da lavoura às biotecnologias. Agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

HOMMA, A.K; NOGUEIRA, O.L. Importância do manejo de recursos extrativos em aumentar o carrying capacity: o caso de açazeiros (*Euterpe oleracea* Mart.) no estuário amazônico. **Poematropic**, Belém, v.2, p. 31-35, jul/dez. 1998.

JORNAL TRÓPICO ÚMIDO XVI n.45, abril/junho.2004.

LIPIETZ, Alain. **O local e o Global**: personalidade regional ou inter-regional. [19??].

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios)

NEVES, Delma Pessanha. **Agricultura familiar**: quantos ancoradouros. UFPA/NEAF. p. 16-19, 2004.

REVISTA VEJA. São Paulo, abril de 2007. p.?

RIBEIRO, Raimundo Nonato da Silveira. SANTANA, Antônio Cordeiro de. TOURINHO, Manoel Malheiros. Análise exploratória da socioeconomia de sistemas agroflorestais em várzea flúvio-marinha, Cametá-Pará, Brasil. R. **Econ. Sociol. Rural** v.42 n.1 jan./mar. 2004.

SILVA, José Graziano da. **El desarrollo en contextos de globalización**. R. Internacional de Sociología – RIS. Tercera Época, nº 27, septiembre-Diciembre, 2000.171-187.

SOARES, Luciane. **Campesinato e Instituições: Características organizacionais da Produção do Açaí em Abaetetuba Pará**. Monografia (Especialização) Belém: UFPA/NAEA, 2006.

STOIAN, Dietmar. **La economia Extractivista de la Amazônia Norte Boliviana**. Santa Cruz - Bolívia. CIFOR, 2006.

TEUBAL, Miguel. **Globalización y sus efectos sobre las sociedades rurales de América Latina, em Globalización, Crisis y Desarrollo Rural en América Latina**. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 5., 1998, Texcoco. **Anais...** Texcoco; UACH-C.P.1998.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Territorial do Brasil**: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. São Paulo: USP. 2000.

VELHO, Otávio. Sociedade e agricultura. Rio de Janeiro: Zahar 1982. p.145

ANEXOS

ANEXO A– Dados cadastrais dos entrevistados 2008.

NFamília	Comunidade	Nome do Produtor	Tempo de moradia
1	Mutuaca de Baixo	Manoel da Conceição Sanches	57 anos
2	Mutuaca de Baixo	José Valdi Batista Tavares	25 anos
3	Ilha Grande do Furtado	José Luis Gonçalves Brito	45 anos
4	Ilha Grande do Furtado	Bianor Coelho Moreira	68 anos
5	Ilha Grande do Furtado	Manoel Benedito Brito Lopes	23 anos
6	Mendaruçu de cima	Raimundo Nonato Lopes Cantão	40 anos
7	Tamanduá Costa	Levindo Cristovão Brito Lopes	35 anos
8	Tamanduá Costa	Isael Prazeres Costa	34 anos
9	Tamanduá Costa	Antenor Coelho Moreira	30 anos
10	Laranjal	Lorival Rodrigues Serrão	40 anos
11	Laranjal	João de Deus Nogueira Barradas	18 anos
12	Ilha Grande de Juaba	Leomario Meireles de Oliveira	nasceu na comunidade
13	Carapina	Cristiano Rodrigues Martins	56 anos
14	Carapina	José Rodrigues Ribeiro	22 anos
15	Carapina	Sebastião Pontes Garcia	nasceu na comunidade
16	Carapina	Rui Filguera Lotes	48 anos
17	Mapiraí de Cima	Américo Barros de Almeida	nasceu na comunidade
18	Praticaiá	Lonedim dos Prazeres	10 anos
19	Praticaiá	Benedito Ercio Lobato dos Prazeres	nasceu na comunidade
20	Praticaiá	Epaminondas dos Prazeres Pompeo	nasceu na comunidade
21	Mapiraí de Baixo	Antonio Xavier Dias	41 anos
22	Mapiraí de Baixo	Raimundo Nonato Portilio	nasceu na comunidade
23	Paruru do Meio	Pedro Chaves Cardoso	nasceu na comunidade
24	Praticaiá	Antonio do Carmo Cunha Vanzer	20 anos
25	Gama	João Estumano do espiritu Santo	14 anos
26	Gama	João do Espirito Santo	35 anos
27	Carapajó	Francisco de Assis	4 anos
28	Carapajó	Pedro Tomé Cruz	9 anos
29	Cacoal	Eulálio de Freitas Moraes	69 anos
30	Jaracuera	Antonio Gomes Alves	11 anos

ANEXO B – Dados da renda do trabalho entrevistas 2008

NFamília	Produto	PeríodoDoAno	Início	Meio	Final	Médio	ProdTotal	Unid	ConsumoFamília	Venda	RendaMonetária	RendaGeral
1	Açaí	anual	4,00	5,00	7,00	5,33	700	rasa	300	400	2133,33	3733,33
1	Andiroba	anual	3,00	3,00	3,00	3,00	120	litros	0	120	360,00	360,00
1	Banana	anual	2,50	2,50	2,50	2,50	500	dúzias	450	50	125,00	1250,00
1	Cacau	anual	3,60	3,60	3,60	3,60	40	Kg	0	40	144,00	144,00
1	Caju	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	180	frutos	180	0	0,00	36,00
1	Camarão	anual	3,00	3,00	3,00	3,00	120	frasco	0	120	360,00	360,00
1	Cupuaçu	anual	3,50	3,50	3,50	3,50	44	kg	44	0	0,00	154,00
1	galinha	anual	10,00	10,00	10,00	10,00	10	bicos	0	10	100,00	100,00
1	Limão	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	1200	frutos	1200	0	0,00	200,00
1	mangueira	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	6400	frutos	6400	0	0,00	1066,67
1	Peixe	anual	3,00	3,00	3,00	3,00	240	Kg	96	144	432,00	720,00
1	Porco	anual	5,00	5,00	5,00	5,00	400	Kg	400	0	0,00	2000,00
1	Virola	anual	5,00	5,00	5,00	5,00	60	pés	60	0	0,00	300,00
2	Açaí	anual	15,00	10,00	20,00	15,00	144	rasa	44	100	1500,00	2160,00
2	Andiroba	anual	5,00	5,00	5,00	5,00	160	litros	0	160	800,00	800,00
2	Camarão	anual	2,50	2,50	2,50	2,50	144	frasco	144	0	0,00	360,00
2	Galinha	anual	10,00	10,00	10,00	10,00	1	Bico	1	0	0,00	10,00
2	Peixe	anual	3,00	3,00	3,00	3,00	144	Kg	144	0	0,00	432,00
2	Porco	anual	2,00	2,00	2,00	2,00	150	Kg	0	150	300,00	300,00
3	Açaí	anual	15,00	15,00	20,00	16,67	250	rasa	70	180	3000,00	4166,67
3	Andiroba	anual	5,00	5,00	5,00	5,00	18	litros	0	18	90,00	90,00
3	Cacau	anual	4,00	4,00	4,00	4,00	100	Kg	0	100	400,00	400,00
3	galinha	anual	10,00	10,00	10,00	10,00	10	bicos	10	0	0,00	100,00
3	mangueira	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	24000	frutos	24000	0	0,00	4000,00
3	pato	anual	25,00	25,00	25,00	25,00	5	bicos	5	0	0,00	125,00
3	Peixe	anual	5,00	5,00	5,00	5,00	480	Kg	320	160	800,00	2400,00
3	Porco	anual	2,00	2,00	2,00	2,00	80	Kg	0	80	160,00	160,00
4	Açaí	anual	5,00	7,00	15,00	9,00		rasa		0	0,00	0,00
4	Andiroba	anual	5,00	5,00	5,00	5,00	400	litros	50	0	0,00	250,00

4	Banana	anual	2,00	2,00	2,00	2,00	50	dúzias	50	0	0,00	100,00
4	Goiabeira	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	200	frutos	200	0	0,00	25,00
4	Ingazeiro	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	400	frutos	400	0	0,00	133,33
4	Laranja	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	300	frutos	300	0	0,00	50,00
4	mangueira	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	4000	frutos	4000	0	0,00	666,67
4	Porco	anual	2,00	2,00	2,00	2,00	100	Kg	0	100	200,00	200,00
5	Açaí	anual	4,50	9,00	15,00	9,50	300	rasa	100	200	1900,00	2850,00
5	Cacau	anual	4,00	4,00	4,00	4,00	300	Kg	0	300	1200,00	1200,00
5	Camarão	anual	4,00	3,00	4,00	3,67	240	frasco	48	192	704,00	880,00
5	galinha	anual	10,00	10,00	10,00	10,00	30	bicos	30	0	0,00	300,00
5	Porco	anual	5,00	5,00	5,00	5,00	60	Kg	0	60	300,00	300,00
6	Açaí	anual	15,00	15,00	25,00	18,33	450	rasa	250	200	3666,67	8250,00
6	Banana	anual	2,00	2,00	2,00	2,00	160	dúzias	160	0	0,00	320,00
6	Camarão	anual	2,50	2,50	2,50	2,50	100	frasco	20	80	200,00	250,00
6	galinha	anual	10,00	10,00	10,00	10,00	20	bicos	20	0	0,00	200,00
6	Magueira	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	8000	frutos	8000	0	0,00	1333,33
6	pato	anual	25,00	25,00	25,00	25,00	5	bicos	5	0	0,00	125,00
6	Peixe	anual	3,00	3,00	3,00	3,00	480	Kg	144	336	1008,00	1440,00
6	Porco	anual	4,00	4,00	4,00	4,00	60	Kg	0	60	240,00	240,00
7	Abacaxi	anual	2,00	2,00	2,00	2,00	18	frutos	18	0	0,00	36,00
7	Açaí	anual	5,00	12,00	30,00	15,67	210	rasa	90	120	1880,00	3290,00
7	Andiroba	anual	6,00	6,00	6,00	6,00	713	litros	0	713	4278,00	4278,00
7	Cacau	anual	1,80	3,70	3,70	3,07	250	Kg	0	250	766,67	766,67
7	Cupuaçu	anual	0,50	0,50	0,50	0,50	40	fruto	0	40	20,00	20,00
7	galinha	anual	10,00	10,00	10,00	10,00	14	bicos	14	0	0,00	140,00
7	mangueira	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	6400	pés	6400	0	0,00	1066,67
7	Peixe	anual	3,00	3,00	3,00	3,00	192	Kg	192	0	0,00	576,00
7	Porco	anual	5,00	5,00	5,00	5,00	150	Kg	0	150	750,00	750,00
8	Açaí	anual	6,00	15,00	25,00	15,33	480	rasa	0	480	7360,00	7360,00
8	Banana	anual	1,80	1,80	1,80	1,80	340	dúzias	0	340	612,00	612,00
8	fruta pão	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	1200	frutos	1200	0	0,00	50,00
8	Goiabeira	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	300	frutos	300	0	0,00	37,50
8	Laranja	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	800	frutos	800	0	0,00	133,33

8	mangueira	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	8800	frutos	8800	0	0,00	1466,67
8	Peixe	anual	3,00	3,00	3,00	3,00	192	Kg	192	0	0,00	576,00
9	Açaí	anual	3,00	5,00	12,00	6,67	200	rasa	90	110	733,33	1333,33
9	Cacau	anual	3,00	4,00	3,50	3,50	140	Kg	0	140	490,00	490,00
9	Camarão	anual	2,50	2,50	2,50	2,50	64	frasco	64	0	0,00	160,00
9	galinha	anual	10,00	10,00	10,00	10,00	7	bicos	7	0	0,00	70,00
9	pato	anual	25,00	25,00	25,00	25,00	9	bicos	9	0	0,00	225,00
9	Peixe	anual	3,00	3,00	3,00	3,00	150	unid	150	0	0,00	450,00
9	porco	anual	5,00	5,00	5,00	5,00	350	Kg	350	0	0,00	1750,00
10	Açaí	anual	12,00	6,00	30,00	16,00	600	rasa	90	510	8160,00	9600,00
10	Banana	anual	2,00	2,00	2,00	2,00	500	dúzias	500	0	0,00	1000,00
10	Camarão	anual	2,00	2,00	2,00	2,00	720	frasco	720	0	0,00	1440,00
10	galinha	anual	10,00	10,00	10,00	10,00	6	bicos	6	0	0,00	60,00
10	pato	anual	25,00	25,00	25,00	25,00	12	bicos	12	0	0,00	300,00
11	Açaí	anual	14,00	7,00	30,00	17,00	300	rasa	90	210	3570,00	5100,00
11	Banana	anual	2,00	2,00	2,00	2,00	300	dúzias	300	0	0,00	600,00
11	Cacau	anual	3,60	3,60	3,60	3,60	500	Kg	0	500	1800,00	1800,00
11	Camarão	anual	2,00	2,00	2,00	2,00	304	frasco	80	224	448,00	608,00
11	galinha	anual	10,00	10,00	10,00	10,00	6	bicos	6	0	0,00	60,00
11	pato	anual	25,00	25,00	25,00	25,00	4	bicos	4	0	0,00	100,00
12	Açaí	anual	15,00	7,00	25,00	15,67	300	lata	100	200	3133,33	4700,00
12	Andiroba	anual	0,15	0,15	0,15	0,15	150	Kg	0	150	22,50	22,50
12	Banana	anual	2,00	2,00	2,00	2,00	600	dúzias	500	100	200,00	1200,00
12	Cacau	anual	4,20	4,20	4,20	4,20	60	Kg	0	60	252,00	252,00
12	Camarão	anual	2,50	2,50	2,50	2,50	480	frasco	80	400	1000,00	1200,00
12	galinha	anual	10,00	10,00	10,00	10,00	20	bicos	20	0	0,00	200,00
12	Palmito	anual	0,50	0,50	0,60	0,53	200	unid	0	200	106,67	106,67
12	pato	anual	15,00	15,00	15,00	15,00	17	bicos	16	1	15,00	255,00
12	Peixe	anual	3,00	3,00	3,00	3,00	150	Kg	150	0	0,00	450,00
12	Porco	anual	2,00	2,00	2,00	2,00	120	Kg	0	120	240,00	240,00
12	Tambaqui	anual	6,00	6,00	6,00	6,00	200	Kg	0	200	1200,00	1200,00
12	Virola	anual	5,00	5,00	5,00	5,00	120	unid	0	120	600,00	600,00
13	Abacaxi	anual	2,00	2,00	2,00	2,00	100	frutos	100	0	0,00	200,00

13	Açaí	anual	6,00	3,00	12,00	7,00	150	lata	48	102	714,00	1050,00
13	Banana	anual	2,00	2,00	2,00	2,00	500	dúzias	500	0	0,00	1000,00
13	Cacau	anual	3,60	3,60	3,60	3,60	90	Kg	90	0	0,00	324,00
13	Cupuaçu	anual	3,50	3,50	3,50	3,50	12	Kg	12	0	0,00	42,00
13	Farinha	anual	30,00	30,00	30,00	30,00	200	alqueire	100	100	3000,00	6000,00
13	Galinha	anual	10,00	10,00	10,00	10,00	6	bicos	6	0	0,00	60,00
13	Laranja	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	400	frutos	400	0	0,00	66,67
13	Limoeiro	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	1500	frutos	1500	0	0,00	250,00
13	mangueira	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	12000	frutos	12000	0	0,00	2000,00
13	Palmito	anual	0,50	0,35	0,05	0,30	200	unid	0	200	60,00	60,00
13	Porco	anual	5,00	5,00	5,00	5,00	30	quilos	0	30	150,00	150,00
13	Pupunha	anual	3,50	3,50	3,50	3,50	48	Kg	48	0	0,00	168,00
14	Açaí	anual	8,00	6,50	8,00	7,50	900	rasa	200	700	5250,00	6750,00
14	Palmito	anual	0,55	0,55	0,55	0,55	450	unid	0	450	247,50	247,50
14	Peixe	anual	3,00	3,00	3,00	3,00	70	Kg	0	70	210,00	210,00
15	Açaí	anual	8,00	4,60	10,00	7,53	200	lata	100	100	753,33	1506,67
15	acerola	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	24000	frutos	24000	0	0,00	240,00
15	Cacau	anual	3,60	3,60	3,60	3,60	750	Kg	750	0	0,00	2700,00
15	Caju	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	600	frutos	600	0	0,00	120,00
15	Farinha	anual	30,00	30,00	30,00	30,00	12	alqueire	12	0	0,00	360,00
15	galinha	anual	10,00	10,00	10,00	10,00	15	bicos	15	0	0,00	150,00
15	Goiabeira	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	2000	frutos	2000	0	0,00	250,00
15	Laranja	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	400	frutos	400	0	0,00	66,67
15	Limoeiro	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	2400	frutos	2400	0	0,00	400,00
15	mangueira	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	8000	frutos	8000	0	0,00	1333,33
15	muruci	anual	2,00	2,00	2,00	2,00	12000	frutos	12000	0	0,00	240,00
15	porco	anual	5,00	5,00	5,00	5,00	300	quilos	300	0	0,00	1500,00
15	Pupunha	anual	3,50	3,50	3,50	3,50	480	Kg	480	0	0,00	1680,00
16	Açaí	anual	8,00	10,00	8,00	8,67	200	latas	50	150	1300,00	1733,33
16	Farinha	anual	30,00	30,00	30,00	30,00	20	alqueire	20	0	0,00	600,00
16	Galinha	anual	10,00	10,00	10,00	10,00	20	pés	20	0	0,00	200,00
16	jambeiro	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	30000	frutos	30000	0	0,00	5000,00
16	Limoeiro	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	3000	frutos	3000	0	0,00	500,00

16	Magueira	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	2400	frutos	2400	0	0,00	400,00
16	pato	anual	15,00	15,00	15,00	15,00	3	pés	3	0	0,00	45,00
16	Pupunha	anual	3,50	3,50	3,50	3,50	128	Kg	128	0	0,00	448,00
17	Açaí	anual	10,00	5,00	8,00	7,67	300	rasa	100	200	1533,33	2300,00
17	Banana	anual	2,00	2,00	2,00	2,00	50	dúzias	50	0	0,00	100,00
17	Camarão	anual	3,00	3,00	3,00	3,00	120	frasco	24	96	288,00	360,00
17	galinha	anual	10,00	10,00	10,00	10,00	700	pés	0	700	7000,00	7000,00
17	Magueira	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	1600	frutos	1600	0	0,00	266,67
17	Porco	anual	5,00	5,00	5,00	5,00	40	Kg	0	40	200,00	200,00
18	Açaí	anual	11,00	8,00	11,00	10,00	240	rasa	40	200	2000,00	2400,00
18	Banana	anual	2,00	2,00	2,00	2,00	200	dúzias	200	0	0,00	400,00
18	mangueira	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	3200	frutos	3200	0	0,00	533,33
18	Palmito	anual	0,60	0,60	0,15	0,45	200	unid	0	200	90,00	90,00
18	pato	anual	25,00	25,00	25,00	25,00	5	bicos	5	0	0,00	125,00
18	Peixe	anual	3,00	3,00	3,00	3,00	288	Kg	288	0	0,00	864,00
19	Açaí	anual	16,00	6,00	20,00	14,00	300	rasa	90	210	2940,00	4200,00
19	Camarão	anual	2,50	2,50	2,50	2,50	192	frasco	192	0	0,00	480,00
19	galinha	anual	10,00	10,00	10,00	10,00	33	bicos	33	0	0,00	330,00
19	Magueira	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	4000	frutos	4000	0	0,00	666,67
19	Palmito	anual	0,80	0,80	0,12	0,57	200	unid	0	200	114,67	114,67
19	pato	anual	25,00	25,00	25,00	25,00	1	bicos	1	0	0,00	25,00
19	Peixe	anual	3,00	3,00	3,00	3,00	96	Kg	96	0	0,00	288,00
19	porco	anual	5,00	5,00	5,00	5,00	50	Kg	50	0	0,00	250,00
20	Açaí	anual	10,00	10,00	10,00	10,00	230	rasa	80	150	1500,00	2300,00
20	Cacau	anual	3,60	3,60	3,60	3,60	9	Kg	9	0	0,00	32,40
20	Ingazeiro	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	280	unid	0	280	280,00	280,00
20	Limão	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	600	frutos	600	0	0,00	100,00
20	pato	anual	25,00	25,00	25,00	25,00	5	pés	5	0	0,00	125,00
21	Açaí	anual	10,00	7,00	12,00	9,67	600	rasa	120	480	4640,00	5800,00
21	Banana	anual	2,00	2,00	2,00	2,00	60	dúzias	60	0	0,00	120,00
21	Palmito	anual	0,65	0,65	0,05	0,45	700	unid	0	700	315,00	315,00
21	Porco	anual	5,00	5,00	5,00	5,00	180	Kg	0	180	900,00	900,00
22	Açaí	anual	15,00	7,00	10,00	10,67	300	rasa	50	250	2666,67	3200,00

22	Manga	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	4000	frutos	4000	0	0,00	666,67
22	Miriti-tala	anual	5,00	5,00	5,00	5,00	50	par- tipiti	0	50	250,00	250,00
22	Peixe	anual	3,00	3,00	3,00	3,00	144	Kg	144	0	0,00	432,00
22	porco	anual	5,00	5,00	5,00	5,00	100	Kg	30	70	350,00	500,00
23	Açaí	anual	10,00	5,00	10,00	8,33	300	rasa	100	200	1666,67	2500,00
23	Banana	anual	3,00	3,00	3,00	3,00	400	dúzias	40	360	1080,00	1200,00
23	galinha caipira	anual	9,00	9,00	9,00	9,00	100	pés	0	100	900,00	900,00
23	Magueira	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	2400	frutos	2400	0	0,00	400,00
23	Palmito	anual	0,80	0,65	0,15	0,53	200	unid	200	0	0,00	106,67
23	porco	anual	5,00	5,00	5,00	5,00	300	Kg	300	0	0,00	1500,00
24	Açaí	anual	15,00	6,00	6,00	9,00	2000	rasa	240	1.760	15840,00	18000,00
24	Banana	anual	6,00	6,00	6,00	6,00	50	cachos	25	25	150,00	300,00
24	Camarão	anual	4,00	4,00	4,00	4,00	120	frasco	20	100	400,00	480,00
24	cupuaçu	anual	3,50	3,50	3,50	3,50	16	Kg	16	0	0,00	56,00
24	jambeiro	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	7500	frutos	7500	0	0,00	1250,00
24	Magueira	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	1600	frutos	1600	0	0,00	1600,00
24	Palmito	anual	0,80	0,80	0,10	0,57	1000	unid		1.000	566,67	566,67
24	pato	anual	25,00	25,00	25,00	25,00	10	pés	10	0	0,00	250,00
24	Porco	anual	5,00	5,00	5,00	5,00	250	cabeças	0	250	1250,00	1250,00
25	Açaí	anual	5,00	6,00	10,00	7,00	600	rasa	200	400	2800,00	4200,00
25	Banana	anual	2,00	2,00	2,00	2,00	200	dúzias	200	0	0,00	400,00
25	Cacau	anual	4,00	4,00	4,00	4,00	100	Kg	0	100	400,00	400,00
25	Camarão	anual	2,50	2,50	2,50	2,50	72	frasco	72	0	0,00	180,00
25	galinha	anual	10,00	10,00	10,00	10,00	20	bicos	20	0	0,00	200,00
25	Limão	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	600	frutos	600	0	0,00	100,00
25	Palmito	anual	0,65	0,70	0,10	0,48	200	unid	0	200	96,67	96,67
25	pato	anual	25,00	25,00	25,00	25,00	15	bicos	15	0	0,00	375,00
25	Peixe	anual	3,00	3,00	3,00	3,00	96	Kg	96	0	0,00	288,00
25	porco	anual	5,00	5,00	5,00	5,00	150	Kg	150	0	0,00	750,00
26	Açaí	anual	10,00	6,00	15,00	10,33	800	rasa	300	500	5166,67	8266,67
26	Banana	anual	2,00	2,00	2,00	2,00	200	dúzias	200	0	0,00	400,00

26	Cacau	anual	3,60	3,60	3,60	3,60	75	Kg	75	0	0,00	270,00
26	Camarão	anual	2,50	2,50	2,50	2,50	12	frasco	12	0	0,00	30,00
26	galinha	anual	10,00	10,00	10,00	10,00	11	bicos	11	0	0,00	110,00
26	Limão	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	600	frutos	600	0	0,00	100,00
26	Magueira	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	3200	frutos	3200	0	0,00	533,33
26	Palmito	anual	0,60	0,60	0,10	0,43	200	unid	0	200	86,67	86,67
26	pato	anual	25,00	25,00	25,00	25,00	4	bicos	4	0	0,00	100,00
27	Pimenta	anual	4,80	4,80	4,80	4,80	600	kg	0	600	2880,00	2880,00
28	Açaí	anual	15,00	8,00	8,00	10,33	1200	rasa	90	1.110	11470,00	12400,00
28	Palmito	anual	0,60	0,60	0,10	0,43	200	unid	0	200	86,67	86,67
29	Açaí	anual	7,50	10,00	8,00	8,50	600	rasa	150	450	3825,00	5100,00
29	galinha	anual	10,00	10,00	10,00	10,00	8	bicos	8	0	0,00	80,00
29	Limão	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	900	frutos	900	0	0,00	150,00
29	Magueira	anual	1,00	1,00	1,00	1,00	1600	frutos	1600	0	0,00	266,67
29	pato	anual	25,00	25,00	25,00	25,00	4	bicos	4	0	0,00	100,00
29	Porco	anual	2,00	2,00	2,00	2,00	60	Kg	0	60	120,00	120,00
30	Açaí	anual	15,00	8,00	14,00	12,33	1200	rasa	60	1.140	14060,00	14800,00
30	Banana	anual	2,00	2,00	2,00	2,00	100	dúzias	100	0	0,00	200,00
30	galinha	anual	10,00	10,00	10,00	10,00	8	bicos	8	0	0,00	80,00
30	Peixe	anual	3,00	3,00	3,00	3,00	100	Kg	100	0	0,00	300,00
30	Porco	anual	2,00	2,00	2,00	2,00	125	Kg	0	125	250,00	250,00

ANEXO C - Dados da renda não Agrícola entrevista 2008

NFamília	RendaNAgrícola	TipoRendaExtra	ValorRendaExtra	Anual
1	Sim	SeguroPesca	415,00	1660,00
1	Sim	BolsaFamília	75,00	900,00
2	Sim	DelegadoSindical	60,00	720,00
3	Sim	SeguroPesca	415,00	1660,00
3	Sim	BolsaFamília	112,00	1344,00
3	Sim	Aposentadoria	415,00	4980,00
4	Sim	Aposentadoria	415,00	4980,00
4	Sim	AgComunitáriodeSaúde	415,00	4980,00
5	sim	Carpintaria	200,00	2400,00
5	sim	BolsaFamília	112,00	1344,00
6	sim	SeguroPesca	415,00	1660,00
6	sim	BolsaFamília	112,00	1344,00
6	sim	Aposentadoria	415,00	4980,00
7	sim	BolsaFamília	112,00	1344,00
8	não	não	0,00	0,00
9	Sim	BolsaFamília	94,00	1128,00
9	sim	AuxílioDoença	413,00	4956,00
10	não	não	0,00	0,00
11	Sim	SeguroPesca	380,00	1520,00
11	Sim	Aposentadoria	830,00	9960,00
12	Sim	Aposentadoria	656,00	7872,00
13	Sim	SeguroPesca	380,00	1520,00
13	Sim	BolsaFamília	36,00	432,00
15	Sim	Aposentadoria	415,00	4980,00
16	Sim	SeguroPesca	415,00	1660,00
17	Sim	SeguroDesemprego	380,00	1520,00
18	Sim	Aposentadoria	415,00	4980,00
19	Sim	SeguroPesca	380,00	1520,00
19	Sim	BolsaFamília	142,00	1704,00
20	Sim	Aposentadoria	830,00	9960,00
21	Sim	BolsaFamília	112,00	1344,00
21	Sim	Agentedeserviçogeralnaescola	500,00	6000,00
22	Sim	SeguroPesca	415,00	1660,00
22	Sim	BolsaFamília	112,00	1344,00
24	Sim	SeguroPesca	415,00	1660,00
24	Sim	Aposentadoria	415,00	4980,00
25	Sim	BolsaFamília	94,00	1128,00
25	Sim	Aposentadoria	415,00	4980,00
26	Sim	BolsaFamília	58,00	696,00
26	Sim	Aposentadoria	830,00	9960,00
27	sim	TrabEsposa	415,00	4980,00
28	sim	BolsaFamília	112,00	1344,00
28	Sim	Aposentadoria	415,00	4980,00
29	Sim	Aposentadoria	415,00	4980,00
29	sim	Aposentadoria	415,00	4980,00
29	sim	Aposentadoria	415,00	4980,00
30	sim	Aposentadoria	415,00	4980,00

ANEXO D – Dados de qualidade da moradia entrevista 2008

NFamília	LocalCasaMorada	AnoConstrCasaMorada	ÁreaConstM2	NComodos	Parede	Piso	Cobertura
1	Lote	2004	45	3	Madeira	Madeira	Telha de Barro
2	Lote	1980	102	3	Madeira	Madeira	Telha de Barro
3	Lote	1988	110	2	Madeira	Madeira	Telha de Barro
4	Lote	1996	72	3	Madeira	Madeira	Telha de Barro
5	Lote	1985	90	3	Madeira	Madeira	Telha de Barro
6	Lote	2005	61	3	Madeira	Madeira	Telha de Barro
7	Lote	1990	84	3	Madeira	Madeira	Telha de Barro
8	Lote	1983	67	2	Madeira	Madeira	Telha de Barro
9	Lote	2000	103,5	4	Madeira	Madeira	Telha de Barro
10	Lote	2001	75	3	Madeira	Madeira	Telha de Barro
11	Lote	2006	66	4	Madeira	Madeira	Telha de Barro
12	Lote	1988	150	4	Madeira	Madeira	Telha de Barro
13	Lote	2000	31,5	3	Madeira	Madeira	Telha de Barro
14	Lote	2006	75	4	Alvenaria	Cimento	Telha de Barro
15	Lote	1985	80	1	Madeira	Madeira	Telha de Barro/Palha
16	Lote	2000	32	1	Madeira	Madeira	Telha de Barro
17	Lote	2001	74,96666667	3	Madeira	Madeira	Telha de Barro
19	Lote	2001	90	4	Madeira	Madeira	Telha de Barro
20	Lote	2007	102	4	Madeira	Madeira	Telha de Barro
21	Comunidade	2000	60	3	Madeira	Madeira	Telha de Barro
22	Lote	1997	74,96666667	3	Madeira	Madeira	Telha de Barro
23	Lote	1993	54	4	Madeira	Madeira	Telha de Barro
24	Lote	1985	60	3	Madeira	Madeira	Telha de Barro
25	Lote	1994	51,6	2	Madeira	Madeira	Telha de Barro
26	Lote	1993	82,5	3	Madeira	Madeira	Telha de Barro
27	Cidade	2004	72	1	Alvenaria	Chão Batido	Telha de Barro
28	Lote	1998	100	3	Madeira	Madeira	Telha de Barro
29	Lote	1990	80	3	Madeira	Madeira	Telha de Barro
30	Lote	1997	28	3	Madeira	Madeira	Telha de Barro

ÁguaFonte	Tipo tratamento água	SanitárioCasaMorada	Cercado	Alaga	Distância	Fonte de Energia
Torneira Pública	Coa	Casa de madeira	sim	sim	20	Bateria
Torneira Pública	Coa	Casa de madeira	sim	sim	20	Bateria
Rio	Filtro de Barro	Casa de madeira	sim	sim	10	Motor Gerador
Torneira Pública	Coa	Casa de madeira	sim	sim	15	Motor Gerador
Rio	Coa	Casa de madeira	sim	sim	12	Lamparina
Rio	Coa	Casa de madeira	sim	sim	20	Lamparina
Rio	Filtro de Barro	Casa de madeira	sim	sim	20	Lamparina
rio	Coa	Casa de madeira	sim	sim	30	Lamparina
Rio	Coa	Casa de madeira	sim	sim	20	Motor Gerador
rio	Coa	Casa de madeira	sim	sim	20	Motor Gerador
Rio	Poço artesiano	Casa de madeira	sim	não	20	Motor Gerador
Torneira Pública	Hipoclorito	Casa de madeira	sim	sim	10	Motor Gerador
Rio	Coa	Casa de madeira	sim	sim	10	Lamparina
Rio	Filtro de Barro	Casa de madeira	sim	não	50	Motor Gerador
Rio	Filtro de Areia	Casa de madeira	sim	não	30	Motor Gerador
Rio	Poço artesiano	não	não	não	18,81818	Do vizinho
Rio	Hipoclorito	Casa de madeira	sim	sim	20	Lamparina
Rio	Coa	Casa de madeira	sim	sim	18,81818	Motor Gerador
Rio	Ferve/filtra/hipoclorito	Porcelana	sim	não	18,81818	Motor Gerador
Rio	Filtro de Pedra/hipoclorito	Casa de madeira	sim	não	18,81818	Bateria
Rio	Coa/hipoclorito	Casa de madeira	sim	sim	18,81818	Lamparina
Rio	Coa/hipoclorito	Casa de madeira	sim	sim	20	Lamparina
Rio	Ferve/filtra/hipoclorito/coa	Casa de madeira	sim	sim	15	Lamparina
Torneira Pública	não	Casa de madeira	sim	sim	18,81818	Lamparina
Rio	não	Casa de madeira	sim	sim	18,81818	Lamparina
Cosampa	Coa	Alvenaria	não	sim	4	Energia Eletrica
Torneira Pública	Coa	Casa de madeira	não	sim	25	Lamparina
Rio	Coa	Casa de madeira	sim	sim	18	Motor Gerador
Rio	Coa	Casa de madeira	não	sim	5	Motor Gerador

ANEXO E – Dados de Aquisições de Bens entrevistas 2008.

NFamília	BemDeConsumo	ModalidadeDeAcesso	AnoDeAcesso	Valor	área	Unid
1	Antena parabólica	compra	2008	400,00		
1	Fogão	compra	2003	220,00		
1	terreno	herança	1982	0,00	14	hectare
1	TV	compra - usado	2003	30,00		
2	Barco c/motor	compra	2007	3500,00		
2	Fogão	Financ. INCRA	2007	0,00		
2	terreno	Doação	2000	0,00	6	hectare
3	Antena parabólica	compra	1997	200,00		
3	Barco c/motor	compra	2003	5000,00		
3	DVD	compra	2007	200,00		
3	Fogão	Doação	2007	0,00		
3	Motor+Gerador	compra	1999	1900,00		
3	terreno	herança	1980	0,00	4	hectare
3	TV	compra	2007	500,00		
4	Antena parabólica	compra	2007	500,00		
4	Barco c/motor	compra	2000	2500,00		
4	Fogão	compra	2002	400,00		
4	geladeira	Financ. INCRA	2008	0,00		
4	Motor+Gerador	compra	2006	2500,00		
4	terreno	herança	1982	0,00	6	hectare
4	TV	Doação	2000	0,00		
5	Barco c/motor	compra	1988	1200,00		
5	Fogão	Doação	2001	0,00		
5	freezer	Financ. INCRA	2007	0,00		
5	terreno	herança	2007	0,00	2	hectare
5	terreno	herança	1984	0,00	30	hectare
5	TV	compra	2006	150,00		
6	Barco c/motor	compra	1991	2500,00		
6	Fogão	Financ. INCRA	2007	0,00		
6	terreno	herança	s/inf.	0,00	2,5	hectare
6	terreno	herança	1989	0,00	6,5	hectare
6	terreno	herança	1991	0,00	16	hectare
7	Antena parabólica	compra	2004	240,00		
7	Fogão	compra	2007	350,00		
7	terreno	herança	1995	0,00	3,5	hectare
7	terreno	herança	1994	0,00	4,5	hectare
7	terreno	herança	1997	0,00	2,5	hectare
7	TV	compra	2004	600,00		
8	terreno	herança	1983	0,00	13	hectare
9	Antena parabólica	compra	2005	240,00		
9	Barco c/motor	compra	2005	1500,00		
9	Fogão	Financ. INCRA	2007	0,00		
9	maquina de lavar	Financ. INCRA	2007	0,00		

9	terreno	herança	1980	0,00	2	hectare
9	TV	compra	2005	350,00		
10	Antena parabólica	compra	1999	240,00		
10	Barco c/motor	herança	1978	0,00		
10	Fogão	Financ. INCRA	2007	0,00		
10	freezer	Financ. INCRA	2007	0,00		
10	Motor+Gerador	compra	2005	1300,00		
10	terreno	herança	1989	0,00	8	hectare
10	TV	compra	1999	350,00		
11	Antena parabólica	compra	2000	240,00		
11	Barco c/motor	compra	2002	6000,00		
11	Barco c/motor	compra	2004	5000,00		
11	Fogão	Financ. INCRA	2007	0,00		
11	freezer	Financ. INCRA	2007	0,00		
11	Motor+Gerador	compra	2000	4100,00		
11	terreno	herança	s/inf.	0,00	6	hectare
11	terreno	herança	s/inf.	0,00	12	hectare
11	TV	compra	2000	350,00		
12	Antena parabólica	compra	2003	260,00		
12	Barco c/motor	compra	2002	8000,00		
12	Fogão	Financ. INCRA	2007	0,00		
12	freezer	Financ. INCRA	2007	0,00		
12	Motor+Gerador	compra	2000	1600,00		
12	terreno	herança	1985	0,00	100x650	frentefundo
12	TV	compra	2007	1100,00		
13	terreno	compra	1983	0,00	4	hectare
13	TV	herança	1985	0,00		
14	Antena parabólica		2003	0,00		
14	Barco c/motor			0,00		
14	Fogão			0,00		
14	Motor+Gerador			0,00		
14	terreno			0,00		
14	TV			0,00		
15	Antena parabólica	compra	2003	380,00		
15	casco			0,00		
15	Fogão	compra	2007	380,00		
15	terreno	compra	1998	1000,00		
15	terreno	herança		0,00		
15	TV	compra	2001	640,00		
16	Barco c/motor	compra	1998	3000,00		
16	terreno	herança		0,00		
16	terreno	compra	2000	1200,00		
16	TV	compra	1984	100,00		
17	Antena parabólica	compra	2006	470,00		
17	Barco c/motor	compra	1999	3200,00		
17	Fogão	Financ. INCRA	2007	0,00		
17	terreno	compra	1990	700 mil cruzeiros	200x180	frentefundo

17	TV	Doação		2006	0,00		
18	Barco c/motor	compra		2008	2600,00		
18	Fogão	compra		1998	280,00		
18	terreno	herança	s/inf.		0,00		
19	Antena parabólica	compra		2002	300,00		
19	Barco c/motor	compra		2000	4000,00		
19	Fogão	compra		1996	250,00		
19	geladeira	compra		2000	900,00		
19	Motor+Gerador	compra		2002	3150,00		
19	terreno	herança	s/inf.		0,00	1,5	hectare
19	terreno	compra		1988	4200,00	8	hectare
19	terreno	herança		1995	0,00	6	hectare
19	TV	compra		2007	738,00		
20	Antena parabólica	compra		2007	1250,00		
20	barco s/ motor	compra		2007	130,00		
20	DVD	compra		2006	250,00		
20	Fogão	compra		2006	120,00		
20	Motor+Gerador	compra		2006	800,00		
20	terreno	herança		1930	0,00	11	hectare
20	TV	compra		2006	600,00		
21	Fogão	Financ. INCRA		2007	0,00		
21	máquina de costura	Financ. INCRA		2007	0,00		
21	terreno	herança		1994	0,00	300x100	frentexfundo
21	terreno	herança		1995	0,00	50x30	frentexfundo
22	Barco c/motor	compra		1997	3000,00		
22	Fogão	Financ. INCRA		2007	0,00		
22	terreno	herança		1970	0,00		
22	TV	compra		2008	250,00		
23	casco	compra		2004	100,00		
23	Fogão	compra		2008	485,00		
23	terreno	herança	s/inf.		0,00	11	hectare
23	TV	compra		2002	150,00		
24	Barco c/motor	compra		2007	2500,00		
24	Fogão	compra		2005	360,00		
24	terreno	herança		1985	0,00	4	hectare
24	terreno	herança		2005	0,00	1,5	hectare
25	Antena parabólica	compra		2003	450,00		
25	Fogão	compra		2004	480,00		
25	freezer	compra		2004	970,00		
25	Motor Elétrico	compra		2008	700,00		
25	terreno	herança		1990	0,00	8	hectare
25	terreno	herança		1990	0,00	6	hectare
25	TV	compra		2003	1000,00		
26	Antena parabólica	compra		2003	300,00		
26	Barco c/motor	compra		2006	1500,00		
26	Fogão	compra		2004	300,00		
26	maquina de lavar	compra		2008	440,00		

26	Motor+Gerador	compra	2007	3410,00		
26	terreno	herança	1977	0,00		
26	TV	compra	2003	900,00		
27	Antena parabólica			0,00		
27	Barco c/motor	compra	2007	2300,00		
27	carro			0,00		
27	Fogão			0,00		
27	freezer			0,00		
27	terreno			0,00	5	hectare
27	terreno			0,00	5	hectare
27	TV			0,00		
28	Barco c/motor	compra	1997	0,00		
28	Fogão	compra		0,00		
28	Motor+Gerador	compra	2007	0,00		
28	terreno			0,00		
28	terreno	herança		0,00		
28	terreno			0,00		
28	TV	compra		0,00		
29	Antena parabólica	compra	2004	315,00		
29	Barco c/motor	compra	1992	5000,00		
29	Fogão	compra	2007	400,00		
29	freezer	compra	1998	820,00		
29	maquina de lavar	compra	2000	235,00		
29	terreno	herança	1968	0,00	10	hectare
29	TV	compra	2003	750,00		
30	Antena parabólica	compra	2002	370,00		
30	Fogão	compra	2000	120,00		
30	maquina de lavar	compra	2007	600,00		
30	Motor+Gerador	compra	2005	2000,00		
30	terreno	herança	s/inf.	0,00	5	hectare

ANEXO G - Dados de Conhecimento e Cultura das entrevistas em 2008.

NFamília	TipoDeAtividade	Quem?	Periodicidade	Cargo?	AnoDeFiliação
1	Associação INCRA	Produtor	anual	conselho fiscal	2007
2	Associação INCRA	Produtor	anual	conselho fiscal	2007
25	CentroComunitário	Produtor	mensal	coordenador da comunidade	
6	CentroComunitário	Produtor	semanal	Coordenador de Batismo	
8	STR	Produtor	anual	Delegado sindical	1969
11	STR	Produtor	anual	Delegado sindical	1994
25	STR	produtor	anual	delegado sindical	
6	Associação INCRA	Produtor	anual	Diretor suplente	2007
29	associação APADIC	Produtor	anual	não	2005
2	Associação CAFARC	Produtor	anual	não	2006
6	Associação CAFARC	Produtor	anual	não	2006
14	Associação de Ilhas	Produtor	anual	não	
15	Associação de Ilhas	Produtor	anual	não	
17	Associação de Ilhas	Produtor	anual	não	
19	Associação de Ilhas	Produtor	anual	não	
25	Associação de Ilhas	Produtor	anual	não	
23	Associação de Mulheres em Ação do Paruru	esposa	quinzenal	não	
21	Associação de Ribeirinho Cametá	Produtor	anual	não	2007
4	Associação INCRA	Produtor	anual	não	2007
5	Associação INCRA	Produtor	anual	não	2007
7	Associação INCRA	Produtor	anual	não	2007
17	Associação INCRA	Produtor	anual	não	
18	Associação INCRA	Produtor	anual	não	2007
19	Associação INCRA	Produtor	anual	não	2008
21	Associação INCRA	Produtor	anual	não	
23	Associação INCRA	Produtor	anual	não	
24	Associação INCRA	Produtor	anual	não	
29	Associação INCRA	Produtor	anual	não	2007
30	Associação INCRA	Produtor	anual	não	
1	CentroComunitário	Família	semanal	não	

2	CentroComunitário	Família	semanal	não	
3	CentroComunitário	Família	semanal	não	
7	CentroComunitário	Família	semanal	não	
8	CentroComunitário	só	semanal	não	
9	CentroComunitário	Família	semanal	não	
10	CentroComunitário	Família	semanal	não	
11	CentroComunitário	Família	semanal	não	
12	CentroComunitário	produtor	semanal	não	
13	CentroComunitário	Família	semanal	não	
14	CentroComunitário	Família	semanal	não	
15	CentroComunitário	Família	semanal	não	
16	CentroComunitário	Família	semanal	não	
18	CentroComunitário	Família	semanal	não	
24	CentroComunitário	Família	2 vezes na semana	não	
13	Cíclobíblico	Família	semanal	não	
1	Colonia de pesca	esposa	anual	não	
3	Colonia de pesca	esposa	anual	não	
6	Colonia de pesca	Produtor	anual	não	2006
16	Colonia de pesca	esposa	anual	não	
17	Colonia de pesca	filhos	anual	não	
19	Colonia de pesca	Produtor	anual	não	
22	Colonia de pesca	Produtor	anual	não	
11	Cooperativa CART	Produtor	anual	não	1997
13	Cooperativa CART	Produtor	anual	não	
14	Cooperativa CART	Produtor	anual	não	1996
15	Cooperativa CART	Produtor	anual	não	s/informação
17	Cooperativa CART	Produtor	anual	não	1994
18	Cooperativa CART	Produtor	anual	não	
19	Cooperativa CART	Produtor	anual	não	1998
21	Cooperativa CART	Produtor	anual	não	s/informação
23	Cooperativa CART	Produtor	anual	não	
25	Cooperativa CART	Produtor	anual	não	2000
30	Cooperativa CART	Produtor	anual	não	1995

12	cooperativa Setor de Cima	Produtor	anual	não	
3	EJA	filhos	anual	não	
4	EJA	filhos	anual	não	
5	EJA	filhos	anual	não	
6	EJA	filhos	anual	não	
7	EJA	filhos	anual	não	
9	EJA	filhos	anual	não	
19	EJA	filhos	anual	não	
1	Escola 1ª grau	filhos	anual	não	
2	Escola 1ª grau	filhos	anual	não	
10	Escola 1ª grau	filhos	anual	não	
11	Escola 1ª grau	filhos	anual	não	
3	Escola de Ensino Fundamental	filhos	anual	não	
4	Escola de Ensino Fundamental	filhos	anual	não	
5	Escola de Ensino Fundamental	filhos	anual	não	
7	Escola de Ensino Fundamental	filhos	anual	não	
9	Escola de Ensino Fundamental	filhos	anual	não	
12	Escola de Ensino Fundamental	filhos	anual	não	
19	Escola de Ensino Fundamental	filhos	anual	não	
20	Escola de Ensino Fundamental	filhos	anual	não	
21	Escola de Ensino Fundamental	filhos	anual	não	
22	Escola de Ensino Fundamental	filhos	anual	não	
29	Escola de Ensino Fundamental	neta	anual	não	
30	Escola de Ensino Fundamental	filhos	anual	não	
13	Escola Grupo até 6ª série	filhos	anual	não	
15	Escola Grupo até 6ª série	filhos	anual	não	
13	Igreja Católica	Família	semanal	não	
17	Igreja Católica	Família	semanal	não	
13	MAB	Produtor	anual	não	
18	MAB	Produtor	anual	não	2006
20	MAB	Produtor	anual	não	2007
21	MAB	Produtor	anual	não	
22	MAB	Produtor	anual	não	2005

23	MAB	Produtor	anual	não	
24	MAB	Produtor	anual	não	
25	MAB	Produtor	anual	não	
6	Partido Político PT	Produtor	anual	não	1993
7	Partido Político PT	Produtor	anual	não	1991
8	Partido Político PT	Produtor	anual	não	1983
10	Partido Político PT	Produtor	anual	não	s/informação
11	Partido Político PT	Produtor	anual	não	
12	Partido Político PT	Produtor	anual	não	
14	Partido Político PT	Produtor	anual	não	1988
17	Partido Político PT	Produtor	anual	não	s/informação
20	Partido Político PT	Produtor	anual	não	
21	Partido Político PT	Produtor	anual	não	s/informação
23	Partido Político PT	Produtor	anual	não	
25	Partido Político PT	Produtor	anual	não	1992
2	STR	Produtor	anual	não	1983
3	STR	Produtor	anual	não	1993
4	STR	Produtor	anual	não	1970
5	STR	Produtor	anual	não	1986
7	STR	Produtor	anual	não	1993
9	STR	Produtor	anual	não	1983
10	STR	Produtor	anual	não	1988
12	STR	Produtor	anual	não	1994
13	STR	Produtor	anual	não	1982
15	STR	Produtor	anual	não	1974
16	STR	Produtor	anual	não	1975
18	STR	Produtor	anual	não	1994
24	STR	Produtor	anual	não	
30	STR	Produtor	anual	não	1984
25	Associação INCRA	Produtor	anual	Presidentedaassociação	
27	Associação de Ilhas	Produtor	anual		
22	Associação INCRA	Produtor	anual		2006
26	Associação INCRA	Produtor	anual		2007

28	Associação INCRA	Produtor	anual		
19	CentroComunitário	Família	quinzenal		
20	CentroComunitário	Família	semanal		
22	CentroComunitário	só	mensal		
23	CentroComunitário	Família	quinzenal		
26	CentroComunitário	Família	semanal		
28	CentroComunitário	Família	semanal		
29	CentroComunitário	Família	semanal		
30	CentroComunitário	Família	semanal		
21	ComunidadeCristã	esposa e produtor	4 vezes na semana		
27	Cooperativa CART	Produtor	anual		
27	Escola 1ª grau	filhos	anual		
23	Festacomunitária	Família	anual		
23	Festapadroeiro	Família	anual		
22	IgrejaEvangélica	esposa	3 vezes na semana		
26	MAB	Produtor	anual		2006
27	Partido Político PT	Produtor	anual		2004
26	Pastoral	esposa	semanal		
27	STR	Produtor	anual		

ANEXO H – Formulário de Entrevista

	<p style="text-align: center;">UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TROPICO ÚMIDO CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO</p>
---	---

I - IDENTIFICAÇÃO

Data da Entrevista: _____

Local/Comunidade: _____

Localização GPS: _____

Nome do Entrevistado: _____

Endereço (caso tenha mudado de comunidade nos últimos quatro anos): _____

Composição atual da família:

Condição familiar	Idade	Sexo	Escolaridade(anos de estudos)	Tempo de trabalho no lote (%)	Tempo de trabalho fora do lote (%)

II - QUALIDADE DE VIDA

1- Nível de Renda da Família

1.1- Renda do trabalho:

a) Principais cultivos:

Nome do Produto	Período do ano em que é vendido	Unidade de medida	Valor individual	Quantidade percentual (em relação a renda total dos produtos da família)

1.2 - Renda do trabalho não rural

a) A família recebe alguma renda fora da atividade agrícola?

Sim Não

b) Que tipo de renda?

Atividade	Valor/mês	Percentual em relação a renda total da família
Comércio de _____		
Pesca		
Aposentadoria (tipologia: idade, agrícola, professor,...)		
Outras (especificar) _____		

1.3 – Transferências governamentais

a) A família participa de algum programa governamental?

Tipo	Valor/mês

2 – Qualidade da Moradia

a) Estrutura física da morada:

- Localização:

no lote na comunidade na cidade (qual cidade _____)

- Ano de construção: _____.

- Áreas construída (frente x fundo) : _____.

- N° de cômodos: _____.

- Parede: Alvenaria Madeira Taipa Palha Outro: _____

- Piso: cimento Madeira Chão batido Terra solta Outro: _____

- Cobertura: telha de barro Brasilit Cavaco Palha Outro

b) Acesso a água:

- Fonte da água para consumo familiar

Poço tubular c/ bomba Poço manual Cacimba Igarapé Rio

- Realizam algum tipo de tratamento? Qual? _____

- Fonte da água para outras atividades

Poço tubular c/ bomba Poço manual Cacimba Igarapé Rio

- Principais utilizações?

5 – Estado do capital natural disponível

a) Área manejada

Produto	Áreas em hectares	Percentual*

* em relação ao total da área do produtor

b) Área não manejada

Tipos de árvores (frutíferas, outras)	Áreas em hectares	Percentual*

* em relação ao total da área do produtor

ANEXO I – Relação de Estabelecimento Registrados no MAPA no estado do Pará que utilizam o açaí como base para seus produtos.

Nome	Produto	Município
Açaí & Cia	Açaí fino e popular, açaí médio ou regular e açaí grosso ou especial	Belém
Açaí Brasil	Bebida mista de açaí com guaraná, açaí fino e popular, açaí médio ou regular, açaí grosso ou especial	Ananindeua
Açaí do francisco	Açaí fino e popular, açaí médio ou regular e açaí grosso ou especial	Belém
Açaí do Vale	Açaí fino e popular, açaí médio ou regular e açaí grosso ou especial	Igarapé-Miri
Açaí explosão	Bebida mista de açaí com guaraná	Belém
Açaí Frutis	Açaí fino e popular, açaí médio ou regular e açaí grosso ou especial	Belém
Açaí Mais	Bebida de açaí	Belém
Açaí Mania	Bebida mista de açaí com guaraná, açaí fino e popular	Castanhal
Açaí Marajoara	Açaí fino e popular, açaí médio ou regular e açaí grosso ou especial	Breu Branco
Açaí O Paraense	Açaí fino e popular, açaí médio ou regular e açaí grosso ou especial	Belém
Açaí Pa	Bebida mista de açaí com guaraná	Belém
Açaí Pará Mix	Açaí fino e popular, açaí médio ou regular e açaí grosso ou especial	Castanhal
Açaí Pinheiro	Açaí fino e popular, açaí médio ou regular e açaí grosso ou especial	Belém
Áçaí Ponto	Açaí fino e popular, açaí médio ou regular e açaí grosso ou especial	Viseu
Açaí Regional	Açaí fino e popular, açaí médio ou regular e açaí grosso ou especial	Castanhal
Açaí Vitória Regia	Açaí fino e popular, açaí médio ou regular e açaí grosso ou especial	Ananindeua

Agrojam Polpas	Açaí fino e popular, açaí médio ou regular e açaí grosso ou especial	São Francisco do Pará
Amapolpas	Açaí fino e popular, açaí grosso e especial, açaí médio ou regular	Castanhal
Amazon Dry	Polpa de açaí desidratada, açaí fino e popular, açaí médio ou regular, açaí grosso ou especial	Belém
Amazon Energia	Açaí fino e popular, açaí grosso e especial	Marituba
Amazon House	Bebida mista de açaí com guaraná, açaí fino e popular, açaí médio e regular, açaí grosso ou especial	Igarapé-Miri
Amazonfrut	Bebida mista de açaí com guaraná, açaí fino e popular	Belém
Bela laçá	Bebida mista de açaí com guaraná, açaí fino e popular	Castanhal
Bolthouse do Brasil	Açaí fino e popular, açaí médio ou regular, açaí grosso ou especial	Belém
Bondvera	Bebida mista de açaí com guaraná, bebida mista de açaí, banana e soja	Benevides
Bony Açaí	Bebida mista de açaí com guaraná, açaí fino e popular, açaí médio ou regular, açaí grosso ou especial, suco tropical de açaí	Marituba
Cofruta	Açaí fino e popular, açaí médio ou regular e açaí grosso ou especial	Abaetetuba
Companhia do Açaí	Bebida mista de açaí com guaraná	Belém
Coocat	Açaí fino e popular, açaí médio ou regular e açaí grosso ou especial	Marabá
Correntão	Açaí fino e popular, açaí médio ou regular e açaí grosso ou especial	Nova Ipixuna
Costa Norte	Açaí fino e popular, açaí médio ou regular e açaí grosso ou especial	Belém
Curupira	Açaí fino e popular, açaí médio ou regular e açaí grosso ou especial	Muaná
Delamazon	Açaí fino e popular	Ananindeua
Essencial Polpas	Bebida mista de açaí com guaraná	Inhangapí

Fly	Bebida mista de açaí com guaraná, açaí fino e popular, açaí médio ou regular, açaí grosso ou especial, suco tropical de açaí	Belém
Formosa	Açaí fino e popular, açaí médio ou regular e açaí grosso ou especial	Belém
Fruits of the Amazon	Bebida mista de açaí com guaraná	Castanhal
Fruta Fruta	Bebida mista de açaí e limão, bebida mista de açaí e guaraná	Tome-Açú
Frutal	Bebida de açaí	Ananindeua
Frutal	Açaí fino e popular, açaí médio ou regular e açaí grosso ou especial	Ananindeua
Frutalli	Açaí fino e popular, açaí médio ou regular e açaí grosso ou especial	Ananindeua
Iaçá Polpas	Açaí fino e popular, açaí médio ou regular e açaí grosso ou especial	Belém
Jussará Polpas	Açaí fino e popular, açaí médio ou regular e açaí grosso ou especial	Benevides
Macunaíma	Açaí fino e popular, açaí médio ou regular e açaí grosso ou especial	Inhangapí
Maria Luiza	Açaí fino e popular, açaí médio ou regular e açaí grosso ou especial	Belém
Mega Açaí	Bebida mista de açaí com guaraná	Abaetetuba
Mega Açaí	Bebida mista de açaí com guaraná	Castanhal
Mega Strog	Açaí fino e popular, açaí médio ou regular e açaí grosso ou especial	Inhangapí
Muaná	Açaí fino e popular, açaí médio ou regular e açaí grosso ou especial	Muaná
Nature Amazon	Açaí fino e popular, açaí médio ou regular e açaí grosso ou especial	Castanhal
Nortfrutas	Açaí fino e popular, açaí médio ou regular e açaí grosso ou especial	Castanhal

Nova Fruta	Açaí fino e popular, açaí médio ou regular e açaí grosso ou especial	Anapú
Nutr+	Bebida de açaí, Bebida Composta de açaí, mel e guaraná, bebida mista de açaí e guaraná, bebida mista de açaí banana e soja, açaí fino e popular	Igarapé-Miri
Nutry Mix	Bebida mista de açaí com guaraná	Redenção
Ouro Vermelho	Bebida mista de açaí com guaraná	Ananindeua
Papagaia	Açaí fino e popular	Belém
Poema da Amazonia	Açaí fino e popular	Vigia
Polpama	Açaí fino e popular	Belém
Polpamar	Açaí fino e popular	Marabá
Polpamazon	Açaí fino e popular	Brasil Novo
Polyfrutti da Amazonia	Bebida de açaí, açaí fino e popular	Castanhal
Produtos da Amazonia	Açaí fino e popular	Colares
Qfrut-Frutas Naturais da Amazonia	Açaí fino e popular	Abaetetuba
Raja Frutas	Bebida mista de açaí com guaraná, açaí fino e popular	Santa Barbara do Pará
Rmo Rainforest Fruits	Açaí fino e popular	Belém
S Soberano	Açaí fino e popular	São Sebastião da Boa Vista
Sabor Amazônico	Bebida mista de açaí com guaraná, açaí fino e popular	Belém
Saboraçaí	Açaí fino e popular	Igarapé-Miri
Saex	Açaí fino e popular	Mocajuba
Samba Gold	Bebida de açaí	Marabá
Santa Helena	Bebida mista de açaí com guaraná, açaí fino e popular	Castanhal
Só Polpa	Açaí fino e popular	Santarém
Sullper	Bebida mista de açaí com guaraná	Benevides
Tentação Amazonica	Açaí fino e popular, açaí médio ou regular e açaí grosso ou especial	Parauapebas
Top Açaí	Bebida de açaí, bebida mista de açaí com guaraná, açaí fino e popular	Santa Barbara do Pará
Tropnat Frutas da Amazonia	Açaí fino e popular, açaí médio ou regular e açaí grosso ou especial	Castanhal
Tuíra	Açaí fino e popular, açaí médio ou regular e açaí grosso ou especial	Belém

Y.Yamada	Açaí fino e popular, açaí médio ou regular e açaí grosso ou especial	Belém
Zapal	Bebida de açaí	Afuá
Ice	Concentrado líquido para refresco misto de guaraná e açaí	Belém